



DEDICATTO

GIACOMELLO MÁRMORES E GRANITOS LTDA. (Em Recuperação Judicial)

GIOSTRI MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA. (Em Recuperação Judicial)

GMD MÓVEIS & DECORAÇÕES EIRELI. (Em Recuperação Judicial)

IZZO MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA. (Em Recuperação Judicial)

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Plano de Recuperação Judicial elaborado em atendimento ao art. 53, da Lei nº 11.101/2005 por **Winance – Consultoria Empresarial Eireli.**, apresentado nos autos do processo sob o n.º 1061507-38.2020.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ – Foro Especializado da 1ª RAJ da Comarca de São Paulo.

Sumário

SUMÁRIO	2
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
2 A EMPRESA	5
2.1 APRESENTAÇÃO	5
2.1.1 Perfil Institucional	6
2.1.2 Produtos oferecidos	12
2.1.3 Setores de Mercado	14
2.2 HISTÓRICO E CAUSAS DA CRISE A SER SUPERADA	15
3 LAUDO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	21
3.1 BALANÇOS PATRIMONIAIS E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	21
3.2 ANÁLISE VERTICAL DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS	23
3.3 ANÁLISE HORIZONTAL DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS	25
3.4 ANÁLISE DOS ÍNDICES DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS	26
3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O LAUDO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	31
4 ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE RECUPERAÇÃO	33
4.1 INTRODUÇÃO	33
4.2 ETAPA QUALITATIVA	34
4.2.1 Dados gerais	34
4.2.2 Análise do macro ambiente clima	35
4.2.3 Estratégia a ser adotada	41
4.3 ETAPA QUANTITATIVA – VIABILIDADE DE RECUPERAÇÃO	46
4.3.1 Projeção dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados (DRE) - (R\$ Milhares)	49
5 PROPOSTA AOS CREDORES	50
5.1 CONDIÇÕES ESPECIAIS E METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DOS PAGAMENTOS	51
5.2 FORMAS ADICIONAIS E OPCIONAIS DE PAGAMENTOS AOS CREDORES	53
5.2.1 Resumo dos meios de Recuperação	53
5.3 PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO	54
5.4 DISPOSIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA AOS CREDORES	55
5.5 CRÉDITOS CONTINGENTES, IMPUGNAÇÃO OU HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS E ACORDOS	58
5.6 CRÉDITOS EXCLUÍDOS	59
5.7 DESCUMPRIMENTO DO PLANO	60
5.8 SÍNTESE	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62



1 Considerações Iniciais

Este documento foi elaborado em atendimento ao art. 53, da Lei nº 11.101/2005 sob a forma de um Plano de Recuperação Judicial sendo unificado devido a consolidação substancial das empresas **GIACOMELLO MÁRMORES E GRANITOS LTDA.**, **GIOSTRI MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA.**, **GMD MÓVEIS & DECORAÇÕES EIRELI.** e **IZZO MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA.**, doravante tratadas, apenas, por **RECUPERANDAS**.

Para a elaboração deste Plano de Recuperação Judicial, consideram-se os princípios estabelecidos no art. 47, da Lei n.º 11.101/2005 – que encontram base nos direitos fundamentais e princípios contidos na Constituição Federal, especialmente, mas não exclusivamente, no art. 1.º, inciso IV, art. 3.º, inciso II, art. 170, incisos III, IV e VIII, art. 173 e art. 174.

As **RECUPERANDAS** requereram em 15 de julho de 2020 o benefício legal de uma Recuperação Judicial, cujo deferimento foi proferido em **05 de agosto de 2020**, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Para o devido suporte na elaboração do Plano de Recuperação Judicial, as **RECUPERANDAS** contrataram a Winance – Consultoria Empresarial Eireli., empresa especializada em planejamento estratégico e recuperação empresarial.

As condições a seguir descritas atendem às exigências da Lei nº 11.101/2005 e foram preparadas, tendo em vista as mais modernas técnicas de administração e gestão empresarial.

O laudo de avaliação econômico-financeira foi apoiado nas informações prestadas pelas **RECUPERANDAS** e pelos documentos entregues em Juízo, conforme art. 51, da Lei nº 11.101/2005 e faz parte deste Plano de Recuperação Judicial conforme item 3.

A discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados, e a demonstração da viabilidade econômica, de que trata o art. 53, incisos I e II, da Lei nº 11.101/2005 são objetos deste Plano de Recuperação Judicial, no qual se observa a compatibilidade entre a geração de recursos pelo caixa das **RECUPERANDAS**, item 4.2.3, e a proposta aos credores apresentada no item 5.



O laudo de avaliação dos ativos das **RECUPERANDAS** foi elaborado pela empresa Allenty Avaliação Patrimonial LTDA. – CNPJ 15.624.939/0001-02, representada pelo profissional autorizado Claudio Mulero de Toledo (CRC/SP 246.857/P2) e faz parte integrante deste Plano de Recuperação Judicial sob a forma de ANEXO.



2 A Empresa

2.1 Apresentação

A **GIACOMELLO MÁRMORES E GRANITOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.934.478/0001-12, com sede à Alameda África, nº 224-B, Polo Empresarial, Tamboré, na comarca de Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06543-306 ("Giacomello"), conforme os seus Atos Constitutivos, **local onde se encontra instalada a diretoria e controle da empresa, bem como a sua unidade produtiva.**

A **GIOSTRI MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.951.456/0001-03, com sede à Alameda Araguaia, nº 51, Alphaville Industrial, na comarca de Barueri/SP, CEP: 06455-000, conforme os seus Atos Constitutivos ("Giostri").

A **GMD MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.366.564/0001-48, com sede à Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 1.660, Jardim América, na comarca de São Paulo/SP, CEP: 01442-001 ("GMD"), conforme os seus Atos Constitutivos.

A **IZZO MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.973.265/0001-52, com sede à Alameda África, nº 224, Lote 5B, Gleba Y, na cidade de Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06543-306 ("Izzo"), conforme os seus Atos Constitutivos.



2.1.1 Perfil Institucional

As **RECUPERANDAS** iniciaram as suas atividades em meados de 2004 com a empresa IZZO. Atualmente, desempenham as suas atividades pelas empresas que compõem o **GRUPO DEDICATTO**, com a realização de atividades que são complementares entre si, conforme demonstrado no organograma abaixo, quais sejam, a fabricação de Móveis e Mármore planejados.



Conforme demonstrado no organograma acima, frisa-se a importância da consolidação substancial do grupo econômico Dedicatto, pois há uma comunhão, conforme as obrigações assumidas por cada uma das empresas **RECUPERANDAS** e, devidamente, descritas na relação de credores, quanto à integração da atividade econômica comum entre as empresas **RECUPERANDAS**, tendo em vista que: i) atuam no mesmo ramo de atividade (móveis e mármore); ii) possuem os mesmos sócios; iii) celebraram negócios em conjunto, iv) prestaram garantias entre si, v) confusão patrimonial e, vi) possuem caixa unificado.

As **RECUPERANDAS** atuam no setor moveleiro há mais de 16 (dezesesseis) anos, a partir da constituição da Requerente da Izzo Móveis & Decorações LTDA., com o nome fantasia Dedicatto, empresa referência na fabricação de móveis totalmente sob medida, com possibilidades de adaptação e customização com acabamentos e execução impecáveis, mantendo, assim, o elevado padrão de qualidade:



Com o passar dos anos, para viabilizar a celebração e novos negócios, fundou-se a empresa GMD MÓVEIS, a GIOSTRI, e a GIACOMELLO – visando dar continuidade às atividades empresariais da Izzo Móveis - empresas estas que compõe o grupo consolidado Dedicatto.



O **GRUPO DEDICATTO** destaca-se no seu mercado moveleiro, pois oferece produtos totalmente sob medida, bem como no setor de mármore é importador e especialista em



paginação de pisos, escadas e projetos especiais, sendo que a união destes trabalhos, cria a possibilidade de mistura de materiais com madeira, metal, pedras e vidros de forma única, ampliando as possibilidades de criação de peças complexas e exclusivas aos seus clientes.

No intuito de exercer um trabalho de excelência, o Grupo conta com o seu parque fabril, o qual possui 8.000m², com localização na Comarca de Santana de Parnaíba/SP. Atualmente, as 04 (quatro) empresas empregam mais de 50 (cinquenta) empregos diretos, sem contabilizarmos os empregos indiretos, o que comprova a valorização do capital humano e a importância de sua função social. Veja-se:



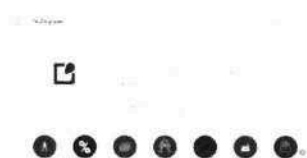


Ante o seu crescimento, no ano de 2017, as **RECUPERANDAS** investiram no segmento em que atuam – *móveis e mármore* – realizando investimento na ampliação de sua fábrica, bem ainda, na compra de maquinário, com o fito de auferir produtividade, para atender a demanda da retomada de mercado.

Outrossim, as **RECUPERANDAS**, por meio de planejamento estratégico e estudo de viabilidade econômica, buscaram novas opções de geração de lucro, vislumbrando a oportunidade de expansão dos seus negócios e por esta razão ingressaram no mercado externo, com oportunidade de produzir demanda para o Chile, de modo que necessitaram providenciar o RUT Chileno, bem como as demais documentações necessárias para a abertura de uma unidade da empresa para revenda, oportunidade em que investiram, com recursos próprios, aproximadamente R\$ 300 (trezentos) mil reais.

Consoante comprovado, as **RECUPERANDAS** possuem um DNA inovador, *know how* no setor moveleiro, capacidade técnica e estrutural para o desenvolvimento de projetos com design exclusivo de móveis e marmoraria, a fim de suprir as exigências do mercado, que se atualiza constantemente.

Em vista disso, é reconhecida como uma empresa que possui um atendimento peculiar para cada cliente, com a criação de linhas diferenciadas para residências, ambiente corporativo, ramo hoteleiro e de marmoraria, sendo requisitada por pessoas influentes na sociedade, como os apresentadores de televisão, atores e cantores, sendo grande o seu destaque nas mídias e nas redes sociais:





Como se vê, é de meridiana clareza a importância social e econômica das **RECUPERANDAS**, na medida em que ao longo de sua trajetória sempre primou por sua função social, com a entrega de um serviço altamente qualificado, objetivando um atendimento de excelência aos seus clientes, gerando empregos, bem ainda, riquezas e, conseqüentemente o pagamento de tributos, notadamente reconhecidas abaixo:



As **RECUPERANDAS** possuem, ainda, evidente autossuficiência em decorrência de sua operação industrial ser semi verticalizada, com o diferencial no mercado por possuir fabricação de móveis, mármore e embalagens.

Como visto, as **RECUPERANDAS** contam com uma estrutura apta a realizar novos negócios, desde a sua concepção, dando suporte técnico ao desenvolvimento de novos projetos de *design*, passando pela produção e elaborações necessárias, armazenagem, e logística de entregas. Investimentos, tecnologia, expansão e diversificação em sua linha de produtos são características predominante das **RECUPERANDAS**, sempre com o escopo de melhor atender seus clientes e se manter competitiva em seu segmento de atuação.

Ressalta-se, ainda, que os insumos utilizados na cadeia produtiva são recebidos dos fornecedores com laudos técnicos de aprovação e homologação, com o escopo de garantir a qualidade do produto. Atentos às principais tendências mundiais, em relação a novos produtos, processos, materiais e tecnologias, e assim sempre participando das importantes feiras do seu



setor como a CasaCor, CasaCor Miami, High Design, Revestir, entre outras, as **RECUPERANDAS** sempre buscam antecipar aos seus clientes essas inovações, sem prejuízo de possuir uma vasta linha de produtos próprios para todas as áreas que atendem.

Ademais, dentre os valores das **RECUPERANDAS**, destacam-se a ética, empreendedorismo, lealdade, transparência, meritocracia, compromisso com resultados e responsabilidade social, tendo a visão de ser a mais conceituada empresa em seu setor, sendo referência na região de Alphaville onde atua, e com a missão de estar sempre em constante desenvolvimento.

Como dito, não há como se negar a posição de destaque das **RECUPERANDAS** no mercado, o que demonstra a sólida posição alcançada desde a sua constituição.

Anote-se, por oportuno, que a diretoria das **RECUPERANDAS** preocupa-se com as questões globais, envolvendo a sociedade e seus empregados, os quais são agraciados com os benefícios legais, visando o bem social e comum daqueles que, junto à empresa, contribuem para o desenvolvimento do país.

Observa-se a nítida preocupação essencialmente com o aspecto social e manutenção dos postos de trabalho, visando o bem-estar comum, principalmente, das comunidades próximas de seu estabelecimento.

Nesse contexto, evidencia-se a sua responsabilidade social, pois o grupo mantém parcerias com importantes entidades sociais da cidade de Santana de Parnaíba e região, com doações de produtos.

Anota-se, ainda, que as **RECUPERANDAS** recolhem diversos impostos, além de encargos sociais/contribuição previdenciária.

Nesse cenário, as **RECUPERANDAS** procuraram sempre desenvolver e diversificar a sua atuação no mercado, no qual exercem as suas atividades, alcançando, destarte, uma posição de destaque junto aos concorrentes, exercendo uma posição social e econômica muito importante para o bem comum.



2.1.2 Produtos oferecidos

As **RECUPERANDAS** possuem diversos produtos na fabricação de móveis e mármores.

- **LINHA STONE**, criada unindo tecnologia com *design*, a LINHASTONE tem forte impacto visual, dando movimento a pedra de forma única com elementos de acabamento capazes de criar a sensação de conforto com uma interpretação que não é apenas estética, mas, também, tátil.
- **LINHA LAVORATI**, a tecnologia e a versatilidade de um equipamento de última geração a disposição da criatividade, na LINHALAVORATI criamos os mais belos padrões e traços, ou ainda podemos deixar a imaginação aflorar criando padrões exclusivos para o seu espaço.
- **LINHA RISCHIO**, com ar *vintage* a LINHARISCHIO, faz uma homenagem aos antigos carpinteiros, que trabalhavam artesanalmente cada ripa. Modernizamos essa arte dando precisão milimétrica ao espaçamento e acabamento individual a cada uma dessas ripas, criando uma atmosfera quase hipnótica a qualquer ambiente.
- **LINHA TOUCH**, desenvolvida com uma superfície inteligente, a LINHATOUCH tem acabamento acetinado, anti-manchas, resistente a abrasão, temperatura, antibacteriana e sobretudo com uma capacidade de recuperação de riscos, devido à nanotecnologia aplicada em sua fabricação.
- **LINHA DIVENNE**, a busca pela delicadeza, levou-nos à LINHADIVENNE, na qual inserimos o elemento metal de forma versátil e leve, criando um conceito de mobiliário que traz amplitude ao espaço, possibilitando uma variedade incrível de aplicações e formas.
- **LINHA NATURALE**, a LINHANATURALE traz o toque orgânico a peça de forma marcante, permitindo trabalhar os veios e nós da madeira com paginações exclusivas dando vida ao ambiente.
- **LINHA VETRO**, a elegância do vidro com a leveza do alumínio transforma a LINHAVETRO em uma exibição, a iluminação indireta em *led* no perfil com as prateleiras em vidro, dão transparência e as dobradiças invisíveis dão ao conjunto um toque de airocidade.





2.1.3 Setores de Mercado

As **RECUPERANDAS** atendem diversos setores de mercado e, dentro destes setores, atendem com diversos tipos de produtos de mobília e mármore:

Construção Civil: Linha de Decorado e Design Marmoraria, Projetos de *design* em mármore e em diversos tipos de pedras ornamentais, nacionais e importadas em áreas internas e externas. Primor pelos detalhes, colocação e acabamento com mão de obra especializada em todos os segmentos, do residencial ao corporativo.

Empresas: Linha Design Corporativa, projeto de interior corporativo, conciliando a identidade, o conforto e a funcionalidade no mundo dos negócios. Buscamos atender as necessidades vitais de uma empresa, disponibilizando espaço para o ambiente corporativo, com estilo, conforto e logística funcional.

Varejista – Consumidor Final: Linha Design Residencial, projeto de interiores visando atender os anseios de cada cliente. Criamos o seu espaço com conceito, funcionalidade, conforto e beleza.

Personalizando o seu projeto e traduzindo o seu sonho para dentro do conforto e bem estar no seu lar.

Hoteleira: Linha Design Hotelaria, projeto de interior em hotelaria, do *standard* ao super luxo. Os projetos são elaborados para suprir as necessidades dos clientes e criar uma identidade própria, valorizando as experiências vividas por cada hóspede, por meio da individualização e diversificação.



2.2 Histórico e causas da crise a ser superada

Como visto, as **RECUPERANDAS** gozam de posição de destaque junto ao seu segmento de mercado, exercendo as suas atividades com sucesso e probidade, e possuem um longo histórico de atendimento à sociedade no tocante à fabricação de móveis planejados e marmoraria premium.

Conforme explicitado, há mais de 16 (dezesesseis) anos, as **RECUPERANDAS** vêm desenvolvendo as suas atividades, ora em períodos de estabilidade econômica e financeira ora em períodos de acentuadas dificuldades.

Ocorre que, nos últimos anos algumas situações, simultâneas, concorreram para o prolongamento de uma grave crise econômico-financeira, persistente, que vem causando dificuldades no adimplemento das obrigações cotidianas das **RECUPERANDAS**.

Como sabido, a indústria moveleira atravessou difíceis períodos, uma vez que do ano de 2013 a 2016 houve uma perda de 16,5% de sua produção. Somado a isto, no ano de 2017, houve o fechamento de 2.000 lojas do setor.

Essa situação fora agravada no ano de 2018 com o reflexo da greve dos caminhoneiros, ensejando na queda de 17% (dezesete por cento) das vendas de móveis no Brasil.

Além disso, a situação de crise se intensificou com os seguintes choques em 2018: i) greve dos caminhoneiros que desabasteceu os setores, bem como elevou os custos de transporte; ii) a polarização durante as eleições, que ocasionou incertezas e impactou na incidência de juros, bem ainda, na instabilidade no câmbio, de modo que os investidores foram compelidos a adiar decisões relevantes acerca de seus investimentos; iii) a queda da barragem de Brumadinho, a qual influenciou os resultados da economia durante todo o ano e iv) os ruídos na articulação da reforma da Previdência, que deixaram os investidores em compasso de espera para a continuação das suas estratégias de investimentos.

Essas situações causaram prejuízo a todos os setores da economia, incluindo o setor moveleiro e às **RECUPERANDAS**, visto que houve a paralisação das suas atividades por vários



dias, devido à falta de matéria-prima, em virtude da ausência de transporte, o que provocou graves reflexos em seu resultado e no seu fluxo de caixa.

Desse modo, com a grave situação econômica do Brasil, as **RECUPERANDAS** tiveram que flexibilizar o prazo de pagamento aos seus clientes, e por esta razão houve a necessidade de realizar o alongamento de seus recebíveis e, conseqüentemente impactou no aumento das despesas financeiras devido aos juros de antecipação, acarretando, portanto, sérios problemas operacionais.

É certo que, os pedidos de valores relevantes realizados por grandes clientes junto às **RECUPERANDAS** eram pagos em 15 (quinze) ou 20 (vinte) dias, entretanto, em razão do alongamento do prazo de pagamento, estes passaram a ser realizados com prazo médio de 90 (noventa) dias, após a entrega e montagem dos móveis e mármores. Considerando, a somatória do prazo do *lead time* de produção que perfazia 40 (quarenta) dias em média, resultou em um prazo final de recebimento de 130 (cento e trinta) dias, reflexo este da retração geral do mercado.

Esse aumento no prazo de recebimento refletiu no descasamento de fluxo de caixa das **RECUPERANDAS**, visto que não foi possível obter as mesmas condições de pagamentos junto aos seus fornecedores, que o prazo máximo obtido perfazia 30 (trinta) dias para pagamento da matéria-prima e serviços.

E, atualmente, o relacionamento das **RECUPERANDAS** com os seus fornecedores sofre os prejuízos de seu processo de crise. Isto porque, em muitos casos, há necessidade de efetivação de pagamentos à vista, o que inviabiliza sobremaneira o seu fluxo operacional, que já se encontrava fragilizado. Em que pese haver o relacionamento com os fornecedores de insumos e serviços, porém estes parceiros não têm ofertado linhas de crédito ao Grupo, ensejando em muitas travas em toda a sua operação.

As **RECUPERANDAS** entendem que seus fornecedores parceiros voltarão a lhe conceder crédito, assim que o processo recuperacional consolidar-se e mostrar de forma factual o seu andamento.



Como anteriormente mencionado, as **RECUPERANDAS**, com o intuito de aumentar a sua produção e alcançar novos clientes, investiu maciçamente em equipamento de ponta e alta tecnologia, a fim de obter um excelente parque industrial, o qual possui alto valor agregado e de alta relevância para a sua unidade operacional, haja vista que houve um grande investimento monetário.

Para a realização desses investimentos, foi buscado no mercado financeiro diversas linhas de créditos bancários, porém, estas não resultaram no faturamento almejado, devido à severa crise que assola o Brasil há anos, de maneira que diversos de seus clientes reduziram drasticamente os seus pedidos ou postergaram a efetivação de orçamentos vigentes. Com a diminuição das vendas, não poderia ser outra a consequência, senão a queda de faturamento, e assim perda da capacidade em honrar os compromissos financeiros assumidos em momento de expansão das atividades, que impactou na elevação do seu passivo com as instituições financeiras.

Salienta-se que, o Grupo realizou altos investimentos em aquisição de máquinas de mármore, bem como modernização das máquinas existentes para a execução do trabalho com madeira e a compra da máquina de embalagem para a completa verticalização das atividades industriais, visando um grande aumento no faturamento. Contudo, ocasionou uma enorme capacidade fabril ociosa, elevadas contas de consumo, uma inchada equipe comercial de vendas com alto custo e sem a efetividade nas perspectivas de incremento de vendas.

Com o propósito de reverter o cenário de crise enfrentada e de buscar um melhor desenvolvimento de seus negócios, as **RECUPERANDAS** diagnosticaram a oportunidade de expansão de mercado, por meio de um plano comercial para alcançar mais clientes, com o fito de ampliar o seu público alvo.

Sabe-se que, a competitividade no segmento moveleiro é alta, de maneira que é de extrema importância sempre reinventar o negócio, e por este motivo, o Grupo optou pela pulverização do atendimento, recorrendo a parcerias com pequenas e médias lojas de móveis planejados, as quais atuavam com o foco em atender a classe B.



Acontece, todavia, que a estratégia fora equivocada, pois o aumento de vendas, não significava, necessariamente, vender com lucratividade, bem ainda, os pedidos possuíam margem zero, ou seja, não pagavam o custo fixo e, assim, intensificou-se o déficit financeiro.

Além disso, iniciaram-se os atrasos nas entregas da linha principal das **RECUPERANDAS**, pedidos estes com maior margem de contribuição e lucratividade, gerando um maior prazo de recebimento de pagamento dos seus clientes, visto que aumentou o *lead time* de produção, elevando o custo financeiro das **RECUPERANDAS**, em virtude da antecipação de 100% (cem por cento) dos seus recebíveis no momento da contratação do pedido, por intermédio da tomada de fomento para produção.

Outro fator relevante a ser destacado, foi que na tentativa de arcar com todo o passivo acumulado, as **RECUPERANDAS** optaram pela antecipação dos seus recebíveis. Inicialmente, com as Instituições Financeiras e, após exceder os limites de créditos concedidos, recorreram aos FIDCS e *factorings*.

Clarividente que, se por um lado conseguiu temporariamente amenizar a equalização de seu caixa, por outro lado teve que se submeter a elevados custos financeiros, devido ao longo prazo de pagamento e as altas taxas de juros, o que agravou a sua situação de crise econômico-financeira.

Diante desse grave panorama de retração, queda das receitas e lucratividade, as **RECUPERANDAS** vivenciaram e, ainda vivenciam, uma série de fatores que culminaram no seu atual estado de crise, dentro os quais destacamos:

- Queda nas vendas;
- Aumento dos prazos de vendas;
- Aumento das despesas financeiras;
- Diminuição da margem de contribuição;
- Gastos fixos aumentando constantemente;
- Necessidade de operar com descontos de cheques e duplicatas.



Como se tudo isso já não bastasse, em março do corrente ano, o governo determinou o chamado *lockdown* com a determinação de suspensão de atendimento nos estabelecimentos comerciais considerados não essenciais, proibição de realização de feiras, eventos e aulas nas escolas e universidades, ante a alta transmissibilidade do vírus.

Ressalte-se que, em consequência da pandemia, diversas feiras de móveis foram adiadas, em países como China e na Itália e, hodiernamente no Brasil, a título de exemplo, a Movelsul foi adiada em 16/03/2020, poucos dias precedentes ao evento. E ainda em decorrência da pandemia do Coronavírus, a maior feira de móveis, Isolani ou como é conhecida internacionalmente – Salone del Mobile de Milão fora cancelada.

Na Itália, epicentro do Coronavírus na Europa, o presidente da Federmobili (Federação Nacional de Lojas de Móveis), Mauro Mamoli, explicou a situação no país que pode sofrer com uma liquidez monetária, além da óbvia queda de pedidos, o que, de fato, vem ocorrendo ao longo destes últimos meses.

Os impactos da crise econômica ocasionada pela crise sanitária da COVID-19 são inúmeros e retratados diariamente, e de forma exaustiva por todas as mídias de comunicação.

Apesar de todas as dificuldades já expostas, as **RECUPERANDAS** entendem que possuem todas as condições para superar este período adverso. Trata-se de um grupo tradicional, com marca forte, bons clientes e parceiros. E acreditam ser transitória sua atual situação e tem a certeza que esse estado de gravidade é passageiro, mediante as medidas administrativas e financeiras necessárias para equilibrar a receita com seus custos e despesas a fim de sanear sua atual situação de crise financeira, que serão vistos a seguir.

Contudo, é fundamental que as **RECUPERANDAS** contem com a possibilidade de readequar o fluxo de pagamento de seu passivo mediante uma Recuperação Judicial, com o fito de ajustar os desembolsos necessários com o seu faturamento, observando-se o equilíbrio financeiro exigido para completa quitação de todos os seus débitos.

Portanto, a transitoriedade do abalo financeiro das **RECUPERANDAS** também pode ser verificada quando observada sua situação econômica, pois sua capacidade produtiva é



inspiradora de total e absoluto respeito, e que essa situação temerosa é passageira e será superada.

Por ser assim, é de fácil inteligência que está em risco a própria sobrevivência das **RECUPERANDAS**, uma vez que vem sofrendo pressão por parte dos credores, e atos expropriatórios de origem das dívidas bancárias, não lhe restando, destarte, outro remédio a não ser se socorrer deste procedimento, que lhe possibilitará replanejar o perfil de seus compromissos e sanear as suas dificuldades.

Sendo certo que as **RECUPERANDAS** encontram-se em crise financeira que reputam ser passageira, razão pela qual optou por ajuizar a presente Recuperação Judicial com o propósito de superar a situação adversa que vêm enfrentando e, por conseguinte, permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, consoante dispõe o art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

Assim sendo, percebe-se de forma clara que as **RECUPERANDAS** não se utilizam desta Recuperação Judicial como subterfúgio para esconder seus problemas. Ao contrário, pretende enfrentá-los de forma racional e em conjunto com seus credores, o que faz com que a proteção dada pela Recuperação Judicial seja essencial para alcançar de maneira rápida tal objetivo, conforme se demonstrará a seguir.



3 Laudo de avaliação econômico-financeira

3.1 Balanços patrimoniais e demonstrações de resultados

A seguir os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados dos anos de 2017, 2018 e 2019, além das demonstrações contábeis especiais em 09 de julho de 2020, que fizeram parte dos documentos entregues em Juízo.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ (Milhares)	2017	2018	2019	09/07/2020
BALANÇO				
ATIVO	10.690.262	10.802.825	10.161.870	8.677.146
CIRCULANTE	6.255.337	6.584.565	6.170.215	4.789.700
Caixa e Equivalentes de Caixa	95.002	100.002	73.100	
Clientes	1.345.951	1.416.791	1.169.807	59.551
Estoques	3.702.170	3.897.021	3.756.557	3.559.398
Impostos e Contribuições a Recuperar	133.695	140.732	140.732	140.732
Adiantamentos	978.518	1.030.019	1.030.019	1.030.019
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.419	58.419	58.419	58.419
Investimentos (Dedicatto Chile)	58.419	58.419	58.419	58.419
PERMANENTE	4.376.506	4.159.841	3.933.236	3.829.027
Imobilizado	5.244.558	5.244.558	5.244.558	5.244.558
Depreciação Imobilizado	(1.007.743)	(1.231.761)	(1.455.779)	(1.557.788)
Intangível	152.694	160.731	160.731	160.731
Depreciação Intangível	(13.003)	(13.687)	(16.274)	(18.474)
PASSIVO	10.690.262	10.802.825	10.161.870	8.677.146
CIRCULANTE	12.744.363	12.284.115	20.439.057	25.708.241
Fornecedores Nacionais	2.205.912	1.923.048	4.415.229	5.484.783
Juros sobre Financiamentos	(467.601)	(492.212)	(703.160)	(781.289)
Empréstimos e Financiamentos	6.979.556	7.346.900	10.495.572	11.661.747
Obrigações Fiscais	3.352.475	2.935.591	4.902.682	7.156.584
Obrigações Trabalhistas	674.021	570.789	1.328.734	2.186.415
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.890.032	15.809.645	18.123.280	25.387.736
Empréstimos e Financiamentos	11.981.102	16.958.139	19.763.986	27.210.743
Juros sobre Financiamentos	(1.091.070)	(1.148.494)	(1.640.706)	(1.823.007)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(12.944.133)	(17.290.935)	(28.400.467)	(42.418.831)
Capital Social	504.000	604.000	604.000	604.000
Prejuízo do Exercício	7.582.010	10.717.218	10.324.904	6.631.444
Prejuízos/Lucros Acumulados	(21.030.143)	(28.612.153)	(39.329.371)	(49.654.275)

DEMONSTRACAO DE RESULTADOS

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO / DRE	2017	2018	2019	09/07/2020
RECEITAS	4.497.046	6.776.327	5.990.754	3.805.925
CUSTO (CMV / CPV / CSP)	(5.812.571)	(8.758.612)	(7.743.234)	(4.301.797)
LUCRO BRUTO (MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO)	(1.374.089)	(2.012.660)	(1.821.798)	(496.740)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(4.468.119)	(6.732.739)	(5.952.218)	(3.306.788)
RESULTADO OPERACIONAL I (EBITDA)	(5.842.208)	(8.745.399)	(7.774.016)	(3.803.528)
DEPRECIAÇÕES	(137.834)	(207.694)	(183.616)	(102.009)
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.558.000)	(1.640.000)	(2.300.000)	(2.640.000)
RESULTADO	(7.479.478)	(10.562.717)	(10.188.315)	(6.544.669)
IMPOSTOS (CSLL e IR)	(102.533)	(154.500)	(136.589)	(86.775)
RESULTADO LÍQUIDO	(7.582.010)	(10.717.218)	(10.324.904)	(6.631.444)

3.2 Análise vertical das demonstrações de resultados e dos balanços patrimoniais

A análise vertical do balanço patrimonial consolidado demonstra a participação percentual de cada conta em relação ao total do ativo ou do passivo. Assim, é possível verificar o comportamento dos valores apresentados no mesmo e identificar distorções que mereçam análise específica em determinados períodos.

ANALISE VERTICAL

Valores em R\$ (Milhares)	2017	2018	2019	09/07/2020
BALANÇO				
ATIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CIRCULANTE	58,51%	60,95%	60,72%	55,20%
Caixa e Equivalentes de Caixa	1,52%	1,52%	1,18%	
Clientes	21,52%	21,52%	18,96%	1,24%
Estoques	59,18%	59,18%	60,88%	74,31%
Impostos e Contribuições a Recuperar	2,14%	2,14%	2,28%	2,94%
Adiantamentos	15,64%	15,64%	16,69%	21,50%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,55%	0,54%	0,57%	0,67%
Investimentos (Dedicatto Chile)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PERMANENTE	40,94%	38,51%	38,71%	44,13%
Imobilizado	96,81%	96,47%	96,33%	96,28%
Intangível	3,19%	3,53%	3,67%	3,72%
PASSIVO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CIRCULANTE	119,21%	113,71%	201,13%	296,28%
Fornecedores Nacionais	17,31%	15,65%	21,60%	21,33%
Juros sobre Financiamentos	3,67%	4,01%	3,44%	3,04%
Empréstimos e Financiamentos	54,77%	59,81%	51,35%	45,36%
Obrigações Fiscais	26,31%	23,90%	23,99%	27,84%
Obrigações Trabalhistas	5,29%	4,65%	6,50%	8,50%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	101,87%	146,35%	178,35%	292,58%
Empréstimos e Financiamentos	110,02%	107,26%	109,05%	107,18%
Juros sobre Financiamentos	10,02%	7,26%	9,05%	7,18%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121,08%	160,06%	279,48%	488,86%
Capital Social	3,89%	3,49%	2,13%	1,42%
Prejuízo do Exercício	58,57%	61,98%	36,35%	15,63%
Prejuízos/Lucros Acumulados	162,47%	165,47%	138,48%	117,06%

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO / DRE	2017	2018	2019	09/07/2020
RECEITA LÍQUIDA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CUSTO (CMV / CPV / CSP)	130,96%	129,84%	130,77%	113,05%
LUCRO BRUTO (MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO)	30,56%	29,70%	30,41%	13,05%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	100,67%	99,80%	100,52%	86,91%
RESULTADO OPERACIONAL I (EBITDA)	129,91%	129,06%	129,77%	99,94%
DEPRECIAÇÕES	3,11%	3,08%	3,10%	2,68%
DESPESAS FINANCEIRAS	35,10%	24,31%	38,84%	69,38%
RESULTADO	168,51%	156,58%	172,06%	172,00%
IMPOSTOS (CSLL e IR)	2,28%	2,28%	2,28%	2,28%
RESULTADO LÍQUIDO	170,82%	158,87%	174,36%	174,28%





3.3 Análise horizontal das demonstrações de resultados e dos balanços patrimoniais

A análise horizontal do balanço patrimonial demonstra a evolução percentual de cada conta em relação aos anos anteriores. Assim, evidenciando o comportamento dos valores apresentados, e a evolução desta por períodos.

BALANÇO	2017	2018	2019	09/07/2020
ATIVO		1,1%	-5,9%	-14,6%
CIRCULANTE		5,3%	-6,3%	-22,4%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
PERMANENTE		-5,0%	-5,4%	-2,6%
PASSIVO		1,1%	-5,9%	-14,6%
CIRCULANTE		-3,6%	66,4%	25,8%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		45,2%	14,6%	40,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33,6%	64,3%	49,4%

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO / DRE	2017	2018	2019	09/07/2020
RECEITA LÍQUIDA		52,0%	-12,2%	23,4%
CUSTO (CMV / CPV / CSP)		50,7%	-11,6%	6,7%
LUCRO BRUTO (MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO)		46,5%	-9,5%	-47,6%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		50,7%	-11,6%	6,7%
RESULTADO OPERACIONAL I (EBITDA)		49,7%	-11,1%	-6,0%
DEPRECIAÇÕES		50,7%	-11,6%	6,7%
DESPESAS FINANCEIRAS		5,3%	40,2%	120,5%
RESULTADO		41,2%	-3,5%	23,4%
IMPOSTOS		50,7%	-11,6%	22,0%
RESULTADO LÍQUIDO		41,4%	-3,7%	23,4%

3.4 Análise dos índices das demonstrações de resultados e dos balanços patrimoniais

Índices de endividamento

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO	2017	2018	2019	09/07/2020
Endividamento de Curto Prazo $ECP = PC / AC$	203,74%	186,56%	331,25%	536,74%
Endividamento de Longo Prazo $ELP = PELP / AT$	101,87%	146,35%	178,35%	292,58%
Endividamento Oneroso $EO = (E + F) / AT$	177,36%	224,99%	297,78%	447,99%

Endividamento de curto prazo

Este índice demonstra o total de recursos de curto prazo utilizados para financiar o capital de giro da empresa.

Endividamento de longo prazo

Este índice demonstra o total de recursos de longo prazo utilizados para financiar a empresa.

Endividamento oneroso

Este índice demonstra quanto a empresa utiliza de recursos financeiros (de curto e longo prazo) para financiar suas atividades.

Índices de liquidez

ÍNDICES DE LIQUIDEZ	2017	2018	2019	09/07/2020
Liquidez Geral $LG = (AC + ARLP) / (PC + PRLP)$	0,267	0,236	0,162	0,095
Liquidez Corrente $LC = AC / PC$	0,491	0,536	0,302	0,186
Necessidade de Capital de Giro (R\$) $NCG = AC - PC$	- 6.489.026 -	- 5.699.550 -	- 14.268.842 -	- 20.918.541 -



Liquidez geral

Este índice tem a finalidade de refletir a capacidade de pagamento de dívidas da empresa a longo prazo. Indica quanto a empresa possui de ativos realizáveis no curto e longo prazo para cada unidade monetária da dívida assumida com terceiros também de curto e longo prazo.

Interpretação do índice:

- ✓ Se o índice for igual ou **maior que 1**, significa que a entidade **terá** recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos.
- ✓ Se o índice for **menor que 1**, significa que a entidade **não terá** recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos.

Observações

Se o índice encontrado for menor que 1, pode indicar que a empresa está insolvente. Mas, nem sempre essa conclusão imediata será verdadeira. Então, será preciso analisar se existem bens do ativo permanente comprados a prazo e se este financiamento do permanente contabilizado no passivo é de curto ou de longo prazo.

Se existir o financiamento de bens do ativo permanente é preciso levar em conta também se o resultado positivo da venda dos bens produzidos será suficiente para pagamento do respectivo passivo de curto ou de longo prazo.

Liquidez corrente

Este índice tem a finalidade de refletir a capacidade de pagamento de dívidas da empresa a curto prazo. Indica quanto a empresa possui de ativos realizáveis no curto e longo prazo para cada unidade monetária da dívida assumida com terceiros também de curto e longo prazo.



Interpretação do índice

- ✓ Se o índice for igual ou **maior que 1**, significa que a entidade **terá** recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo (até 1 ano);
- ✓ Se o índice for igual ou **menor que 1**, significa que a entidade **não tem** ou **não terá** recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo (até 1 ano);

Observações

Neste caso, tal como foi explicado no índice de liquidez geral, é preciso verificar a existência de bens do ativo permanente financiados a curto prazo e analisar a capacidade desses bens de produção de conseguirem o resultado financeiro líquido necessário a quitação do respectivo passivo também a curto prazo.

Necessidade de capital de giro

A necessidade de capital de giro (NCG) indica quando o negócio precisa dispor de capital de giro a fim de manter suas operações funcionando. Mais do que isso, esta referência mostra se o negócio deve buscar outras fontes de recursos, como os financiamentos, por exemplo.

A necessidade de capital de giro (NCG) é um indicador importante para a gestão financeira da empresa, já que é responsável por demonstrar a necessidade ou não de adquirir capital de giro de fontes externas, bem como o seu valor.

Análise das RECUPERANDAS

Importante ressaltar na análise dos números das **RECUPERANDAS** as questões temporais, bem como o setor de atividade da empresa.

Ao analisar os principais índices de endividamento, é importante ressaltar o quadro de crise econômica demonstrado pelos números ali indicados.



O seu endividamento de curto prazo, aqueles recursos com vencimento inferior a 12 (doze) meses para financiar a empresa, salta de 2017 para o balanço especial em 07/2020 de 203,74% (duzentos e três por cento e setenta e quatro centésimos) para 536,74% (quinhentos e trinta e seis por cento e setenta e quatro centésimos). Sabidamente, o endividamento de curto prazo tem taxas mais altas para sua liquidação e, comumente, consomem os recursos mais líquidos da empresa, encontrados no ativo circulante. Nas empresas com desconto de duplicatas expressivo, este valor deverá ser considerado no passivo, pois trata-se de um empréstimo com garantia autoliquidável.

Em muitos casos, o aumento do endividamento de curto prazo parte da migração do endividamento de longo prazo, mas não é o que ocorreu com as **RECUPERANDAS**. Observa-se que o endividamento de longo prazo, aqueles com recursos com vencimento superior a 12 (doze) meses para financiar a empresa salta de 2017 para o balanço especial em 07/2020 de 101,87% (cento e um por cento e oitenta e sete centésimos) para 292,58% (duzentos e noventa e dois por cento e cinquenta e oito centésimos). Isto pode demonstrar que o custo geral da dívida pode ter-se elevado, bem como a necessidade de se tomar capital de giro pode ter-se tornado inevitável e em maior volume.

Por fim, dentro dos índices de endividamento, corroborando com as análises já realizadas até aqui, mostra que as **RECUPERANDAS** tiveram piora no perfil de seu endividamento, pois seu endividamento oneroso, aqueles tomados em instituições financeiras saltaram de 2017 para o balanço especial em 07/2020 de 177,36% (cento e setenta e sete por cento e trinta e seis centésimos) para 447,99% (quatrocentos e quarenta e sete por cento e noventa e nove centésimos). Isto demonstra e reforça que as **RECUPERANDAS** não conseguiram liquidar os seus passivos financeiros com a sua operação.

Já ao analisar os índices de liquidez das **RECUPERANDAS**, novamente, defrontamos o cenário de necessidade de ajustes em sua conduta econômica e financeira.

Seu índice de liquidez geral cai de 0,267 (duzentos e sessenta e sete milésimos) para 0,095 (noventa e cinco milésimos) de 2017 para o balanço especial em 07/2020. Dentro de tal índice, destaca-se o índice de liquidez corrente, aquele de curto prazo, que cai de 0,491 (quatrocentos



e noventa e um milésimos) para 0,186 (cento e oitenta e seis milésimos) também no mesmo período.

A necessidade de capital de giro, como já evidenciado, salta de R\$ 6.489.026 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, e vinte e seis reais) para R\$ 20.918.541 (vinte milhões, novecentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e um reais), um aumento de mais de 322,00 % (trezentos e vinte e dois por cento).

Analisando, ainda, os balanços apresentados, notadamente há redução expressiva na conta de clientes em R\$ 1.3 MM (hum milhão e trezentos mil reais), o que demonstra o uso de duplicatas em antecipações de recebíveis, sendo que, a depreciação do imobilizado evidência, também, a falta de recursos para honrar os seus compromissos.

Observa-se que, para conseguir honrar com as dívidas assumidas, devido à retração do faturamento esperado e não concretizado, e fazer frente ao custo fixo, a empresa obteve alavancagem com recursos no mercado financeiro, como demonstrado nos índices de endividamento oneroso acima, e aumento expressivo nas contas de empréstimos financeiros, que tiveram no período analisado um aumento em torno de R\$ 19.9 MM (dezenove milhões e novecentos mil reais), o que mostra a necessidade de haver a captação de recursos externos para continuidade das atividades das **RECUPERANDAS**.

Em análise complementar no fluxo de caixa da empresa, principalmente no fechamento parcial de 07/2020, observa-se as dificuldades financeiras aflorando na esfera operacional, e como consequência a perda de capital de giro, enfrentando dificuldades na compra de insumos básicos para sua produção, conforme apurado junto à empresa, e agravados pela necessidade de fechamentos das lojas conforme decreto devido a Covid-19, que impactou diretamente na falta de vendas e geração de recursos operacionais.

O DRE demonstra a elevação de despesas, derivadas também do aumento com rescisões, refletidas nas despesas administrativas e outras. Certo ainda, que parte destas despesas já são oriundas de esforço das empresas em melhorar seus índices econômicos e operacionais, porém com impacto significativo em um primeiro momento.



3.5 Considerações sobre o laudo de avaliação econômico-financeira

O presente relatório tem como objetivo apresentar às **RECUPERANDAS** as principais atividades efetuadas pela Winance até a data base, bem como preparar uma descrição para a empresa no que tange aos serviços contratados.

As informações constantes neste relatório são relevantes e devem ser cuidadosamente e integralmente observadas.

A data base do relatório é 09/07/2020; O relatório está baseado em: i) análise das informações financeiras da empresa; ii) análise das informações fornecidas pelos responsáveis de cada área, incluindo movimentações financeiras, relatórios contábeis, estatísticas de vendas e relatórios internos.

A elaboração deste relatório não incluiu a verificação independente dos dados e das informações e confia-se que estas sejam verdadeiras, completas e precisas em todos os seus aspectos relevantes, razão pela qual não constituiu uma auditoria conforme as normas de auditoria geralmente aceitas, porém caso haja retificação de algum dado base apresentado, este laudo de avaliação econômico-financeira deverá ser complementado. Para as informações que incorporam as previsões ou estimativas de eventos futuros, assumiu-se que tais informações refletem as melhores estimativas atualmente disponíveis para o desempenho futuro da organização. Em relação a revisão das informações, analisou-se a sua consistência, mas não se verificou independentemente qualquer parte das informações, ou realizou-se qualquer inquérito ou avaliação de qualquer das posições apresentadas.

Em face às limitações acima mencionadas, nenhuma declaração ou garantia, expressa ou tácita, é ou será dada pela Winance no tocante à veracidade ou integridade das informações, nas quais foi baseado este relatório, assim como não se assumirá nenhuma responsabilidade acerca da veracidade, completude ou integralidade de tais informações. Caso, de qualquer forma, as informações se provem incorretas, incompletas ou imprecisas, as conclusões podem se alterar de forma substancial.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'A. J. P. A.', is written over the end of the paragraph.



A empresa e seus administradores i) não interferiram em, limitaram ou dificultaram, de qualquer forma, o acesso e a capacidade de obter e utilizar as informações, bens, documentos ou metodologias necessárias para produzir este relatório; ii) não determinaram as metodologias utilizadas para a elaboração da análise, ou iii) restringiram, de qualquer forma, a capacidade de determinar as conclusões apresentadas de forma independente nesse relatório.

Metodologia:

As informações aqui apresentadas foram obtidas por meio da análise comparativa da documentação financeira, comercial e contábil fornecida pela empresa, bem como foram respeitados os parâmetros informados para projeções econômico-financeiras.



4 Elaboração do plano estratégico de recuperação

4.1 Introdução

O Plano de Recuperação Judicial foi elaborado a partir de um estudo de planejamento estratégico, por meio de reuniões com participantes das **RECUPERANDAS**, com o acompanhamento de uma consultoria especializada em planejamento estratégico, utilizando o modelo de ALMEIDA (2001)¹.

As reuniões de planejamento estratégico aconteceram entre julho e setembro de 2020. O planejamento estratégico foi dividido em duas etapas, a primeira teve uma abordagem qualitativa e a segunda etapa uma abordagem quantitativa. Os participantes, além da diretoria, eram pessoas que ocupavam cargos relevantes nas **RECUPERANDAS**, altamente comprometidas com a recuperação e conhecedoras dos negócios nas suas mais diversas áreas de atuação – comercial, custos, jurídica, industrial e administrativo-financeiro.

Diante da atual conjuntura econômica e da preocupação em honrar os seus compromissos com credores, bem como dar condições mais vantajosas aos mesmos e alcançar a sua plena recuperação, as **RECUPERANDAS** realizam regularmente reuniões com seu corpo diretivo e colaboradores de cargos relevantes para reavaliação e ajustes em suas estratégias.

¹ ALMEIDA, Martinho I.R. Manual de planejamento estratégico. Editora Atlas, São Paulo, 2001.



4.2 Etapa qualitativa

4.2.1 Dados gerais

POLÍTICA

Nossa política é o desenvolvimento de projetos de *design* de interiores visando atender os anseios individuais de cada cliente, respeitando suas características, com funcionalidade, conforto e beleza. Personalizando o seu projeto e traduzindo o seu sonho para dentro do conforto e bem estar do seu ambiente, com rígido controle de qualidade, para superar as expectativas dos consumidores.

MISSÃO

Estar sempre em constante desenvolvimento tecnológico para adiantar as novidades aos seus clientes.

VISÃO

Ser a mais conceituada empresa no setor de mobília *premium*.

VALORES

- Ética;
- Empreendedorismo;
- Lealdade;
- Transparência;
- Meritocracia;
- Compromisso com Resultados;
- Responsabilidade Social.



4.2.2 Análise do macro ambiente clima

No intuito de obter um conjunto de informações acerca das tendências ambientais, foram analisadas as variáveis políticas e macroeconômicas que interferem direta ou indiretamente no desempenho das **RECUPERANDAS** e seus comportamentos ou oscilações.

O desempenho das **RECUPERANDAS** estará sujeito as variáveis que dependem tanto de fatores externos, como desempenho da economia global, quanto de fatores endógenos, como evolução da política brasileira, avanço de reformas econômicas e superação da atual crise sanitária.

A pandemia interrompeu temporariamente o processo de consolidação fiscal pelo qual passava a economia brasileira. Durante o período de crise sanitária e econômica, a prioridade passou a ser, evidentemente, a proteção da vida e da saúde das pessoas, bem como a preservação de empregos, renda e empresas. Assim, o governo lançou um amplo conjunto de medidas emergenciais de apoio à saúde e à economia, muitas das quais envolvem um custo fiscal significativo, tanto pelo lado da despesa como pelo lado da receita.

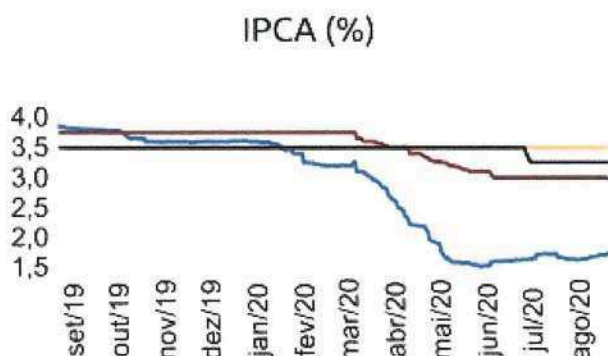
Empresas que pretendam sobreviver e voltar a ter resultados positivos, protegendo seu patrimônio e os empregos de seus colaboradores, tem que ter a responsabilidade de se ajustar a uma realidade de faturamento mais baixo, custos sob controle e eficiência na gestão.

As análises a seguir poderão se modificar em decorrência de mudanças macro e microeconômicas no país, porém são necessárias para a análise do cenário a ser apresentado pelas **RECUPERANDAS** junto aos interessados no processo. As bases utilizadas são as existentes no período de geração deste Plano de Recuperação Judicial e baseadas na mediana agregada do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (<http://https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>) de 28/08/2020 e nas análises do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (<https://www.ipea.gov.br/portal>).

Legenda Gráficos: 2020 — 2021 — 2022 — 2023 —



Inflação



Expectativas:

2020: 1,77

2021: 3,00

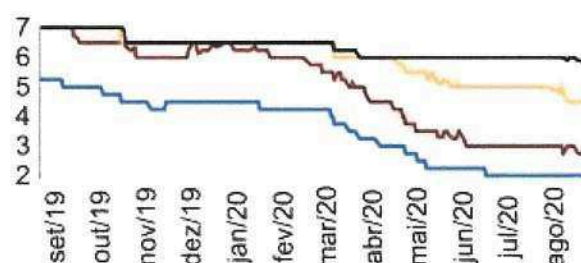
2022: 3,50

2023: 3,25

O índice IPCA apresentou sucessivas quedas pelo mercado, e a expectativa nas projeções se mantém em patamares baixos, devido a economia ter passado por período de profunda recessão e acarretando em uma deflação, que reflete a contração da demanda por serviços e bens de consumo que desacelerou o mercado consumidor, no entanto com a projeção de recuperação econômica a médio prazo, há espaço para crescimento desacompanhado da inflação devido as empresas estarem operando em capacidade ociosa e à redução dos custos de mão de obra e aluguéis, assim permitindo projetar uma trajetória bem comportada para os preços dos serviços e bens livres, sendo a projeção da inflação que se encerre o ano em 1,77% (hum por cento e setenta e sete centésimos).

Taxa de juros

Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a.)



Expectativas:

2020: 2,00% a.a.

2021: 2,88% a.a.

2022: 4,50% a.a.

2023: 5,75% a.a.

Diante de um quadro de retomada gradual, de inflação inferior à meta e de expectativas ancoradas, a política monetária continua sendo flexibilizada: o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 2,00% (dois por cento) ao ano em sua última reunião, e sinaliza



que irá manter a taxa de juros em patamares baixos para o próximo ano. A crise provocada pela pandemia da Covid-19 está tendo um significativo impacto deflacionário, especialmente nos setores mais afetados pelo isolamento social (serviços e bens de consumo duráveis). A expectativa de juros futuros, passado o período de crise, aponta para um movimento de alta muito mais acentuada que antes. Esse aumento da inclinação da curva de juros pode estar sinalizando que as condições financeiras futuras, possivelmente em função do agravamento do desequilíbrio fiscal, estarão mais apertadas – apesar da imensa liquidez internacional e das curvas de juros praticamente horizontais nos países desenvolvidos.

PIB



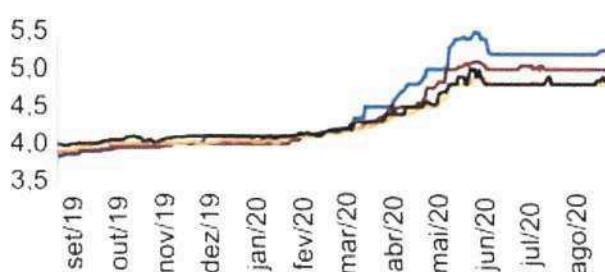
A pandemia do novo coronavírus afetou de forma profunda a trajetória econômica em todos os países do mundo, incluindo o Brasil. A previsão mais recente do Fundo Monetário Internacional (FMI) é que o produto interno bruto (PIB) mundial caia 4,90% (quatro por cento e noventa centésimos) este ano. Sendo a previsão do PIB Brasil ao final de 2020 com queda de -5,28% (-cinco por cento e vinte e oito centésimos) em relação ao ano anterior, caracterizado pelo aprofundamento das medidas de distanciamento social em resposta à pandemia. Apesar da forte redução da atividade econômica observada no final de março e ao longo de abril, vários indicadores apontam no sentido de que a atividade econômica voltou a crescer a partir de maio. Um fator importante para essa recuperação é a implementação efetiva do auxílio emergencial, que teve cobertura de parcela substancial da renda dos trabalhadores informais e em condição de vulnerabilidade. Sob a hipótese de que o processo de flexibilização gradual das restrições à mobilidade e ao funcionamento das atividades econômicas iniciado em junho se manterá, e assim projeta-se para 2021 a recuperação gradual do PIB para o patamar de 3,50% (três por cento e cinquenta centésimos), com constantes crescimentos nos anos subsequentes. Com a



previsão a médio prazo de recuperação do cenário econômico, este crescimento aumentará a renda média nacional, acarretando impactos positivos na demanda do setor das **RECUPERANDAS**, ou seja, as famílias voltaram a consumir os produtos ofertados do seu segmento com o aquecimento da economia.

Câmbio

Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)



Expectativas:

2020: 5,25

2021: 5,00

2022: 4,90

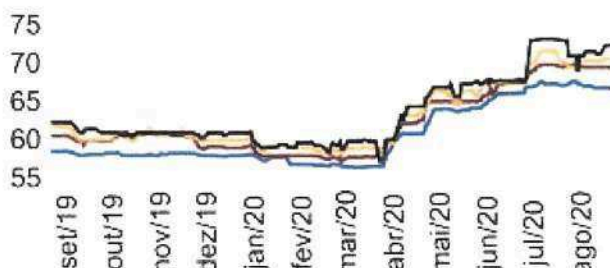
2023: 4,85

A expectativa de câmbio após forte elevação devido as incertezas da pandemia, vem se mantendo instável com oscilações e volatilidade em patamares altos, com previsão de fechamento em 2020 ao redor de R\$ 5,25 (cinco reais e vinte e cinco centavos), isto preocupa não somente analistas e investidores, mas, também, dirigentes do Banco Central. Com oscilações bruscas de preço, a moeda brasileira desvalorizou significativamente frente ao dólar, devido a estas incertezas da moeda, os investidores externos estão em compasso de espera, até que se haja razoável estabilidade do câmbio. O nível de reserva em moeda estrangeira do Brasil teve queda em torno de R\$ 30 bilhões (trinta bilhões de reais) este ano. A longo prazo a previsão é de retorno a estabilidade da moeda no pós-Covid19, devido a recuperação da economia mundial. Ressalta-se, entretanto, que o câmbio é um indicador altamente volátil no curto prazo em decorrência de fatores políticos e econômicos.



Contas públicas (dívida e conta corrente)

Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)



Expectativas:

2020: 66,70%

2021: 69,48%

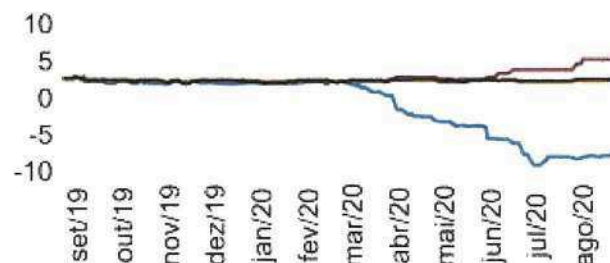
2022: 70,95%

2023: 72,70%

As contas públicas continuam em uma tendência negativa, e se espera que, em função da deterioração fiscal causada pela pandemia, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em proporção do PIB aumente para 66,70% (sessenta e seis por cento e setenta centésimos) ao final de 2020 e com previsões de elevação para 72,70% (setenta e dois por cento e setenta centésimos) no final de 2023. Apesar da expectativa de que as medidas emergenciais não se estendam além de 2020, a crise da Covid-19 aumentou também para o futuro os desafios fiscais do país, que sairá da crise com uma dívida pública muito mais alta, e níveis de produção e arrecadação muito mais baixos que antes. Logo, o esforço fiscal que vinha sendo realizado terá que ser reforçado, visando reafirmar o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e com uma trajetória sustentável para a dívida pública. As projeções indicam que a manutenção da disciplina fiscal no pós-Covid-19 pode ser capaz de manter a dívida em trajetória sustentável, mesmo sob o crescimento moderado da atividade econômica.

Comércio e produção (balança comercial, investimento direto e produção industrial)

Produção Industrial (% de crescimento)



Expectativas:

2020: -7,35

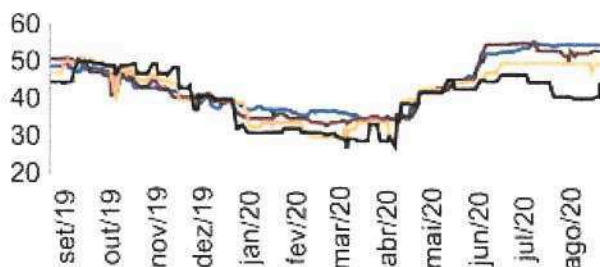
2021: 5,65

2022: 2,30

2023: 2,70



Balança Comercial (US\$ bilhões)



Expectativas:

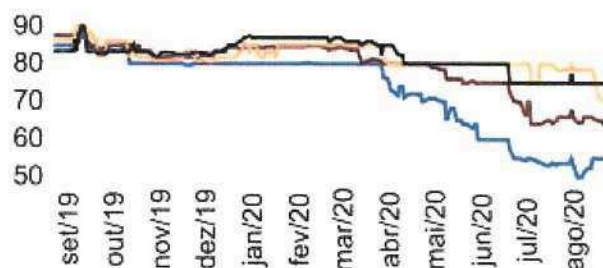
2020: 55,00

2021: 53,40

2022: 50,00

2023: 41,00

Investimento Direto no País (US\$ bilhões)



Expectativas:

2020: 55,00

2021: 64,00

2022: 70,73

2023: 75,00

Todos os índices aqui já demonstram uma reversão de sua trajetória negativa. Vale um reforço na expectativa da balança comercial, que poderá auxiliar na reversão do aumento do endividamento do setor público. O aumento da produção, bem como o investimento direto, são índices que refletem muito a expectativa do empresariado, também com tendência positiva a longo prazo.

Embora a economia e instabilidade política do país se encontrem com incertezas, o horizonte a médio e longo prazo apresentam expectativas e condições de melhora. Desta forma, as **RECUPERANDAS** entendem que a grande maioria dos índices macroeconômicos já sinalizam um fator de oportunidade. Internamente há boas possibilidades de recuperação se considerar o viés de alta do PIB, bem como a estabilidade em níveis baixos da inflação.



4.2.3 Estratégia a ser adotada

As considerações expostas até aqui reforçam a possibilidade de retomada econômica das **RECUPERANDAS**. Tal hipótese tem consistência, uma vez que, a empresa está em plena condição de continuidade de sua produção e também pelos fatores que serão a seguir expostos, que demonstram que a empresa já vem agindo no sentido de se reequilibrar.

Após avaliação das oportunidades e ameaças do mercado, bem como pontos fortes e fracos das **RECUPERANDAS**, os gestores da empresa identificaram as atividades de maior importância, bem como os maiores investimentos realizados e suas estratégias vigentes.

Uma das regras básicas na reestruturação de empresas é um plano de redução de ativos, por meio de venda, troca ou dação em pagamento; necessários e, muitas vezes, o melhor caminho para a recuperação. De qualquer modo, uma das chaves para o sucesso está em estabelecer para o Plano de Recuperação Judicial uma das duas abordagens a seguir, ou mesmo ambas em conjunto:

- (1) Expandir a região de atuação das vendas e focar a atenção nos produtos ou serviços nos quais a empresa possua maior rentabilidade. A empresa estaria, nesse caso, utilizando-se de uma estratégia baseada em suas competências essenciais e nas suas vantagens competitivas. Ao focar as atividades com maior lucratividade, a empresa concentra suas energias nos seus pontos fortes, melhorando a eficiência de suas operações.
- (2) A empresa estabelece um plano de remodelagem de negócio, por meio da reconfiguração de seus recursos humanos, materiais e financeiros. Com o intuito de redução de custo e ganho de desempenho. Dessa maneira, com uma base de recursos enxuta e remodelada, a empresa desenha uma nova estratégia que irá permitir a ela se recuperar.



Por outro lado, o laudo de avaliação econômico-financeira aponta para uma forte necessidade de reequilibrar o fluxo de caixa das empresas e repactuar o passivo junto a credores.

Assim, este Plano de Recuperação Judicial foi concebido buscando atender aos princípios acima e preservar ao máximo possível o valor das **RECUPERANDAS**. Foram definidas duas frentes: (i) **estratégia interna**, para dar resposta às necessidades imediatas da empresa, atacando os pontos fracos e com foco no fluxo de caixa e (ii) **estratégia externa**, para dar resposta às expectativas dos agentes envolvidos e sustentabilidade de médio e longo prazo no soerguimento das **RECUPERANDAS**.

Estratégia interna

Cabe observar que o foco de atuação da gestão nos últimos meses, durante o período de pré-recuperação, buscava uma nova definição estratégica de negócio, com foco na recuperação da capacidade financeira das **RECUPERANDAS**.

Para dar efeito ao Plano de Recuperação Judicial, o intento estratégico das **RECUPERANDAS** permanecerá focado na busca por custos baixos, orientada a ganhos crescentes de produtividade. Quanto ao ambiente interno, a empresa buscará o aprimoramento das competências organizacionais e pessoais.

As estratégias internas a serem adotadas estão divididas em três grupos: i) Estratégias Administrativas e Financeiras; ii) Estratégias Comerciais; e iii) Estratégias Industriais.

Na área **administrativa financeira** foram definidas como principais diretrizes:

- Reduzir e controlar todos os gastos da empresa;
- Pagamento de entrada de clientes para iniciar a produção;
- Readequação do quadro de funcionários atual condizente às expectativas e projeções de produção e mantê-lo alinhado a estas;
- Reorganizar e alongar as dívidas com credores;
- Redução de taxa de juros financeira;
- Redução de prorrogações e recompra de títulos descontados;



- Revisão quanto as condições atuais de recebimento reduzindo o prazo de pagamento dos clientes;
- Realinhar metas para recomposição do capital circulante;
- Readequar o fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais e do Plano de Recuperação Judicial.

As estratégias **comerciais** estarão orientadas para a ampliação da cobertura de mercado, bem como ajustes nos processos internos e gestão de uma equipe comercial. São elas:

- Expansão de atuação de vendas;
- Inauguração de nova loja em ponto estratégico comercial da cidade de São Paulo, com maior proximidade do seu público alvo consumidor para incremento de faturamento;
- Análise de rentabilidade de margem dos produtos;
- Ampliação da carteira de clientes;
- Aprimorar indicadores comerciais;
- Reestruturar e aprimorar a estrutura comercial a fim de obter maior eficiência no atendimento de clientes e nos processos internos;
- Reforçar ações de marketing para suporte ao reposicionamento de mercado e imagem institucional;
- Comitês constantes para acompanhamento de planejamento, bem como mapeamento de pontos de atenção;
- Viabilizar melhoria no prazo de entrega.

Já as estratégias **industriais** estão fundamentalmente orientadas para a manutenção de sua competitividade e qualidade de forma sustentável. É possível destacar as seguintes ações:

- Regular o estoque, para evitar ruptura e atender a demanda com maior agilidade e eficiência;
- Intensificar programas de redução de custos e refugo;
- Otimização de processos de montagem dos móveis em fábrica buscando maior produtividade e redução do prazo de montagem no cliente.
- Redução de setup de produção, por meio de melhor planejamento do PCP;



Estratégia externa

A estratégia das empresas no âmbito externo com seus parceiros, fornecedores e clientes é buscar uma reestruturação que se ancore na dilação de prazos e concessão de deságio para pagamento de seus passivos e saneamento de sua situação de inadimplência, para a retomada de suas atividades sem maiores percalços.

Das garantias de sócios e controladores

Para o sucesso desta Recuperação Judicial é imprescindível que, uma vez homologado pelo Juízo o presente Plano de Recuperação Judicial, estarão obrigados as **RECUPERANDAS** e seus credores sujeitos ou aderentes a este processo, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título, acarretando a imediata suspensão e extinção de acionamento judicial e/ou extrajudicial de todos os garantidores, avalistas, fiadores, devedores solidários e subsidiários, e seus sucessores e cessionários, por qualquer responsabilidade derivada de qualquer garantia fidejussória, por força de fiança e aval, que tenha sido prestada a credores para assegurar o pagamento de qualquer crédito junto as **RECUPERANDAS** enquanto o período de Recuperação Judicial estiver em vigência.

Das garantias de terceiros

Para o sucesso desta Recuperação Judicial é imprescindível que, uma vez homologado pelo juízo o presente Plano de Recuperação Judicial, estarão obrigados as **RECUPERANDAS** e seus credores sujeitos ou aderentes a este processo, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título e acarretará a imediata suspensão e extinção de acionamento judicial e/ou extrajudicial de todos os terceiros garantidores, que tenham figurado em quaisquer operações na qualidade de garantidores, avalistas, fiadores, devedores solidários e subsidiários, e seus sucessores e cessionários, por qualquer responsabilidade derivada de qualquer garantia fidejussória, por força de fiança e aval, que tenha sido prestada a credores para assegurar o pagamento de qualquer crédito junto as **RECUPERANDAS** enquanto o período de Recuperação Judicial estiver em vigência.



De igual modo, é imprescindível que sejam desconsiderados as garantias, avais e fianças de terceiros concedidas a todo e qualquer contrato vinculado aos bens essenciais à operação das **RECUPERANDAS**. Isto decorre por estes serem essenciais à operação das **RECUPERANDAS**, bem como por seus créditos serem sujeitos aos efeitos desta Recuperação Judicial. Por fim, tais bens permanecerão na operação das **RECUPERANDAS**, não havendo a necessidade de inclusão à lide de terceiros enquanto o período de Recuperação Judicial estiver em vigência.

Da novação da dívida

Aprovado o Plano de Recuperação Judicial e concedida a recuperação, por intermédio de decisão de homologação da aprovação expressa ou tácita da recuperação judicial, opera-se a novação da dívida, conforme art. 59, da Lei nº 11.101/2005.

Conforme este Plano de Recuperação Judicial, será implicado a novação dos créditos, todas as obrigações deixarão de ser aplicáveis, estende-se aos terceiros avalistas e ou garantidores e devedores solidários, bem como suspende e extingue as execuções propostas face as **RECUPERANDAS** e devem ser imediatamente baixados todos os protestos e retirados os nomes das **RECUPERANDAS** de cadastros de inadimplentes, e obrigações serão substituídas de acordo com os prazos e condições definidas no item 5.1.



4.3 Etapa quantitativa – viabilidade de recuperação

Este Plano de Recuperação Judicial será viabilizado com: (a) redução dos custos fixos e variáveis, bem como pela redução substancial de despesas administrativas; e (b) alongamento e deságio em passivos das **RECUPERANDAS**, bem como por outras ações adicionais que, ocorrendo, poderão acelerar sua recuperação.

Vendas

A previsão de crescimento da receita bruta, conforme abaixo, é resultado das expectativas atuais e das ações sobre vendas, consoantes com as estratégias e objetivos elencados no item 4.2.3.

A projeção parte de uma receita bruta operacional de R\$ 18.120.300 (dezoito milhões, cento e vinte mil e trezentos reais), compatível com o nível atual da empresa. Estima-se um crescimento de 3,00% (três por cento) para todos os anos. Importante ressaltar que a capacidade produtiva anual das **RECUPERANDAS** é muito superior a elencada, sem necessidade de grandes investimentos adicionais, além dos previstos para manutenção da capacidade atual e a contratação de mão de obra direta.

Custo dos produtos vendidos

Apurou-se que com a readequação que as **RECUPERANDAS** já estão aplicando, redução nos custos provenientes de ganhos de produtividade decorrente de melhorias de processo, planejamento e organização fabril atrelado ao plano de manutenção preditiva e preventiva, bem como boas negociações na compra de insumos, ajuste do quadro de colabores diretos, e aumento da margem de venda. As estimativas frente às alterações em andamento preveem redução dos custos dos produtos vendidos para o patamar de 45,00 % (quarenta e cinco por cento) sobre a receita operacional bruta, sendo que esta deverá ainda ter uma melhora até o fim da projeção da Recuperação Judicial para R\$ 12.440.754 (doze milhões, quatrocentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).



Despesas com mão de obra

As **RECUPERANDAS** ajustaram o seu quadro frente a sua necessidade fabril e irão manter esta prática. Da mesma forma, realizam sempre a revisão cuidadosa de contratos de serviços e ações para o melhor custo-benefício com o custo de alimentações, segurança patrimonial, despesas de viagens, benefícios e aplicação de mão de obra em atividades não fim, tal redução em andamento se encontra refletida já no primeiro ano da projeção, em cerca de R\$ 734 mil (setecentos e trinta e quatro mil reais).

Despesas administrativas

As **RECUPERANDAS**, frente ao despejo iminente, caso não seja possível a negociação com o locatário com o intuito de redução do valor do aluguel, planejam realizar mudança do atual local onde a unidade fabril se encontra instalada, com intuito principal de redução de custo com locação, e demais contas relacionadas, tais como, energia elétrica, água, dentre outras, tal estratégia terá impacto de redução de custo para o patamar de 20,00 % (vinte por cento) no período analisado na projeção.

Com as ações descritas em despesas de mão de obra e despesas administrativas, algumas delas serão refletidas no custo dos produtos vendidos e outras nas despesas administrativas e comerciais.

Despesas financeiras

Com o seu processo de Recuperação Judicial, as **RECUPERANDAS** irão buscar reduzir substancialmente as suas despesas financeiras em decorrência do reequilíbrio de suas operações e da redução de sua tomada de recursos no mercado financeiro. Em adicional, buscará negociação com os clientes para o pagamento de entrada e redução do prazo médio de recebimento dos clientes para 120 (cento e vinte) dias de prazo, pois impacta diretamente no custo financeiro do desconto de duplicatas e tomada de fomento para capital de giro, em adicional, evitará também o custo com recompra e prorrogações, com estas medidas está previsto redução das despesas financeiras para o patamar de 7,5 % (sete por cento e cinco décimos), no período analisado na projeção.



Obrigações Fiscais

Conforme análise contábil do planejamento tributário a ser adotado pelas **RECUPERANDAS**, foi definido que a melhor estratégia será o Lucro Presumido, e desta forma se encontra refletido na projeção das demonstrações de resultado do exercício (DRE).

Conforme elencado no item 5.4, a empresa buscará parcelamentos especiais compatíveis com seu estado de Recuperação Judicial, desta forma, na projeção para honrar com esses parcelamentos tributários, consta a partir do 2º ano da projeção, a simulação do pagamento na rubrica Obrigações Fiscais e Obrigações Trabalhistas do Passivo Circulante.

Depreciação

Para simplificação das projeções, considerou-se como nula a depreciação líquida dos ativos não alienáveis, admitindo que as reversões dos valores de depreciação para o caixa serão utilizadas para aquisição de máquinas e equipamentos visando à manutenção do parque fabril em condições competitivas;

Estoque

De encontro a estratégia interna no atendimento da demanda de pedidos com maior agilidade e eficiência, evitando assim rupturas, a projeção de estoque parte de R\$ 4.011.000 (quatro milhões e onze mil reais), e se readéqua a evolução do faturamento, com oscilações pertinentes as necessidades de realização de caixa imediato para honrar com os parcelamentos tributários.

4.3.1 Projeção dos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados (DRE) - (R\$ Milhares)

ANO 01	ANO 02	ANO 03	ANO 04	ANO 05	ANO 06	ANO 07	ANO 08	ANO 09	ANO 10	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15
13.810.324	13.976.389	13.682.869	13.592.020	13.394.491	13.104.347	13.029.591	12.863.424	13.241.392	12.891.457	12.859.133	11.531.492	11.172.617	11.388.183	11.258.818
9.894.426	9.716.165	9.681.880	9.552.504	9.316.003	8.986.497	8.871.984	8.665.664	9.003.077	8.612.182	7.538.488	7.151.492	6.767.985	6.932.928	6.768.513
46.138	24.346	17.640	14.394	16.546	18.465	25.719	31.191	31.092	31.191	31.191	29.464	24.244	24.244	24.244
4.011.338	4.091.564	4.173.396	4.156.863	4.140.001	4.022.801	4.003.257	3.883.322	4.060.988	3.842.208	3.339.052	3.195.833	3.989.750	3.049.545	3.050.536
4.666.180	4.529.504	4.520.094	4.410.495	4.288.705	4.074.479	4.025.969	3.956.488	4.125.618	3.968.131	3.397.493	3.105.443	3.000.752	3.110.787	3.142.982
140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732	140.732
930.019	930.019	830.019	830.019	730.019	730.019	680.019	650.019	650.019	630.019	630.019	620.019	620.019	610.019	610.019
59.003	59.593	60.189	60.791	61.399	62.013	62.633	63.259	63.892	64.531	65.176	65.828	66.486	67.151	67.823
59.003	59.593	60.189	60.791	61.399	62.013	62.633	63.259	63.892	64.531	65.176	65.828	66.486	67.151	67.823
3.723.638	3.760.874	3.798.483	3.836.468	3.874.832	3.913.581	3.952.716	3.992.244	4.032.166	4.072.488	4.113.213	4.154.345	4.195.888	4.237.847	4.280.226
142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257	142.257
13.810.324	13.976.389	13.682.869	13.592.020	13.394.491	13.104.347	13.029.591	12.863.424	13.241.392	12.891.457	12.859.133	11.531.492	11.172.617	11.388.183	11.258.818
8.737.801	8.001.441	7.265.080	6.528.720	5.792.359	5.055.998	4.463.729	3.871.460	3.279.191	2.686.922	2.094.653	1.428.030	793.146	621.174	538.559
322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	322.200	247.846	165.231	82.615	
7.156.584	6.564.315	5.972.046	4.787.508	4.195.239	3.602.970	3.010.701	2.418.432	1.826.163	1.233.894	641.625	49.356	538.559	538.559	538.559
1.259.017	1.114.925	970.834	826.742	682.651	538.559	538.559	538.559	538.559	538.559	538.559	538.559	538.559	538.559	538.559
714.364	1.538.383	1.774.916	2.023.966	2.260.518	2.334.852	2.538.968	2.783.000	3.638.968	3.768.827	3.888.787	4.028.717	4.158.706	4.288.666	4.418.625
751.800	751.800	669.185	586.569	503.954	421.338	338.723	256.107	173.492	90.877	8.261				
43.475.807	41.937.424	40.162.488	38.138.522	35.378.004	33.543.152	30.984.276	28.201.226	24.562.558	20.793.531	16.894.744	12.865.997	8.707.791	4.418.675	
(39.880.949)	(38.550.159)	(36.188.880)	(33.685.757)	(31.040.344)	(28.250.994)	(25.316.013)	(22.248.369)	(18.412.517)	(14.448.699)	(11.037.312)	(6.808.852)	(2.446.526)	2.051.718	6.301.634
60.000	825.798	1.219.345	1.636.532	2.077.434	2.542.326	3.031.489	3.542.763	4.182.072	4.847.506	5.547.452	6.274.506	7.024.213	7.410.569	7.410.569
(40.484.949)	(39.375.957)	(37.408.225)	(35.322.289)	(33.117.778)	(30.793.319)	(28.347.502)	(25.791.132)	(22.594.589)	(19.291.408)	(15.880.020)	(12.356.303)	(8.721.032)	(4.972.495)	(1.108.935)
ESTRATICO DE RESULTADO DO EXERCICIO / DRE														
18.320.300	18.663.908	19.223.826	19.800.541	20.394.557	21.006.394	21.636.586	22.285.683	22.954.254	23.642.882	24.352.108	25.082.733	25.835.215	26.610.271	27.406.580
(2.895.248)	(2.986.225)	(3.075.812)	(3.168.087)	(3.263.129)	(3.361.023)	(3.461.854)	(3.565.709)	(3.672.681)	(3.782.861)	(3.896.347)	(4.013.237)	(4.133.634)	(4.257.643)	(4.385.373)
15.221.052	15.677.684	16.148.014	16.632.464	17.131.428	17.645.371	18.174.732	18.719.974	19.281.573	19.860.020	20.455.821	21.069.496	21.701.581	22.352.628	23.023.207
(8.154.135)	(8.398.759)	(8.656.489)	(8.922.124)	(9.195.906)	(9.478.618)	(9.768.919)	(10.068.672)	(10.377.618)	(10.696.040)	(11.024.226)	(11.362.478)	(11.711.103)	(12.070.419)	(12.440.754)
7.066.917	7.278.925	7.491.525	7.710.331	7.935.522	8.167.286	8.405.814	8.651.302	8.903.955	9.163.981	9.431.595	9.707.018	9.990.478	10.282.209	10.582.453
(4.348.872)	(4.479.338)	(3.844.765)	(3.955.158)	(4.069.734)	(4.187.625)	(4.308.926)	(4.445.994)	(4.574.783)	(4.707.298)	(4.843.646)	(4.981.431)	(5.125.707)	(5.274.156)	(5.426.899)
2.718.045	2.799.586	3.646.760	3.755.173	3.865.788	3.979.661	4.096.888	4.205.308	4.329.172	4.456.683	4.587.948	4.725.587	4.864.771	5.008.053	5.155.554
(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)	(1.831.616)
(1.359.023)	(1.399.793)	(1.441.787)	(1.485.041)	(1.529.592)	(1.575.408)	(1.622.744)	(1.671.426)	(1.721.569)	(1.773.216)	(1.826.413)	(1.881.205)	(1.937.641)	(1.995.707)	(2.055.643)
1.375.407	1.216.177	2.021.357	2.086.516	2.152.581	2.220.566	2.290.528	2.350.266	2.423.987	2.499.851	2.577.920	2.660.766	2.743.514	2.828.667	2.916.294
991.023	1.144.703	1.304.621	1.458.301	1.530.871	1.678.311	1.825.751	1.971.195	2.127.207	2.283.179	2.439.151	2.595.123	2.751.094	2.907.066	3.093.038
1.175.407	2.207.200	3.166.059	3.391.137	3.610.881	3.751.437	3.968.839	4.176.018	4.371.195	4.518.030	4.707.071	4.880.889	5.054.608	5.230.733	5.009.332
(541.105)	(550.848)	(568.094)	(585.837)	(604.152)	(622.997)	(642.407)	(662.399)	(682.991)	(704.201)	(726.047)	(748.548)	(771.725)	(795.596)	(820.184)
641.301	1.656.352	2.597.966	2.805.280	3.006.729	3.128.440	3.262.432	3.413.619	3.588.204	3.783.829	4.001.024	4.232.340	4.484.884	4.768.666	5.089.148
(724.864)	(547.360)	(630.233)	(719.345)	(802.218)	(893.981)	(880.635)	(957.248)	(1.091.660)	(1.130.648)	(1.169.636)	(1.208.624)	(1.247.612)	(1.286.600)	(1.325.588)
1.108.992	1.967.733	2.085.936	2.204.511	2.324.458	2.445.817	2.566.370	2.692.310	2.828.310	2.974.310	3.130.310	3.296.310	3.472.310	3.658.310	3.854.310
(93.563)	(1.08.992)	(1.24.864)	(1.41.737)	(1.59.600)	(1.78.463)	(1.98.365)	(2.19.407)	(2.41.599)	(2.64.951)	(2.89.573)	(3.16.485)	(3.45.997)	(3.78.129)	(4.14.291)
ANO LÍQUIDO APÓS PAGAMENTO DE CREDORES														

Esta página é parte integrante do Plano de Recuperação Judicial datado de 01/10/2020 referenciado ao processo nº 1061507-38.2020 8.26.0100, em trâmite na 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados a Arbitragem da 1ª RAJ – Foro Especializado da 1ª RAJ da Comarca de São Paulo.



5 Proposta aos credores

Considerando que as **RECUPERANDAS** enfrentam dificuldades econômicas e financeiras e, em especial, pela atual situação de insegurança econômica no Brasil devido à pandemia do Coronavírus;

Considerando que, em resposta a suas dificuldades econômicas e financeiras, as **RECUPERANDAS** requereram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 e deve submeter um Plano de Recuperação Judicial à homologação judicial;

Considerando que o Plano de Recuperação Judicial cumpre os requisitos contidos no art. 53 da Lei n.º 11.101/2005, uma vez que pormenoriza os meios de soerguimento das **RECUPERANDAS** e implica na maximização da recuperação dos créditos em benefício dos credores sujeitos e não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial;

Considerando que, as **RECUPERANDAS** por força da Recuperação Judicial, buscam superar sua crise econômica e financeira e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a atividade empresarial e manter-se como fonte de geração de empregos, tributos e riqueza;

As **RECUPERANDAS** submetem este Plano de Recuperação Judicial à aprovação da Assembleia Geral de Credores, caso venha a ser convocada nos termos do art. 56, da Lei nº 11.101/2005, e à homologação judicial, nos termos a seguir.



5.1 Condições especiais e metodologia para apuração dos pagamentos

Os valores elencados no Quadro Geral de Credores desta Recuperação Judicial serão pagos em parcelas anuais crescentes, com deságio no valor principal de cada parcela e corrigidos pela taxa TR + 1,00% a.a. (hum por cento ao ano) limitado na soma a 3,00% a.a. (três por cento ao ano) sobre o valor com a aplicação do deságio, a partir da data de impetração da Recuperação Judicial até a data da efetivação do pagamento, obedecendo-se a ordem e critérios definidos a seguir:

- A parcela de pagamento anual constante no “Valor a Pagar” da tabela abaixo elencada, será rateada de forma proporcional ao valor do crédito entre os credores da mesma classe, respeitando o valor previsto a ser destinado a cada classe.

PERÍODO	VALOR QGC	VLR QGC CLASSE II	VLR QGC CLASSE III	VLR QGC CLASSE IV	VALOR A PAGAR	CLASSES ATENDIDAS (% PAGTO)
ANO 01	734.864				734.864	Classe I - Trabalhista (100,0%)
ANO 02	1.538.383	658.800	779.757	99.826	547.360	Classe IV - ME/EPP (50,0%) Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 03	1.774.936	752.914	909.717	112.305	630.233	Classe IV - ME/EPP (50,0%) Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 04	2.023.966	847.028	1.039.677	137.261	719.345	Classe IV - ME/EPP (50,0%) Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 05	2.260.518	941.142	1.169.636	149.740	802.218	Classe IV - ME/EPP (50,0%) Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 06	2.334.852	1.035.257	1.299.596		803.981	Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 07	2.558.926	1.129.371	1.429.555		880.615	Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 08	2.783.000	1.223.485	1.559.515		957.248	Classe II - Garantia Real (40,0%) e Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 09	3.638.868		3.638.868		1.091.660	Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 10	3.768.827		3.768.827		1.130.648	Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 11	3.898.787		3.898.787		1.169.636	Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 12	4.028.747		4.028.747		1.208.624	Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 13	4.158.706		4.158.706		1.247.612	Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 14	4.288.666		4.288.666		1.286.600	Classe III - Quirografário (30,0%)
ANO 15	4.418.625		4.418.625		1.325.588	Classe III - Quirografário (30,0%)

- CLASSE I – Trabalhista: R\$ 734,9 mil (setecentos e trinta e quatro mil e novecentos reais):** pagamento de 100,00% (cem por cento), dos créditos relacionados na Classe I - Trabalhista, segundo art. 41, da Lei n.º 11.101/2005 em até 12 (doze) meses da data da publicação da decisão de homologação da Recuperação Judicial, e no caso de novas habilitações na Classe I – Trabalhista, deve-se considerar prazo de 12 (doze) meses para a quitação, contado da data da habilitação do crédito na Recuperação Judicial.



- a. Limitação do teto de pagamento de 150 (cento e cinquenta) salários mínimos, o que exceder será convertido para Classe III – Quirografária, conforme enunciado XIII do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
 - b. Caso tenha ou seja incluso no edital de credores créditos que ainda pendem de decisão homologatória de cálculos pela justiça do trabalho, estes serão considerados apenas para fins de reserva nos termos da Lei, devendo o pagamento ocorrer nos termos supra, somente após sentença homologatória pelo juízo recuperacional.
- 2- **CLASSE II – Garantia Real R\$ 6,6 milhões (seis milhões e seiscentos mil reais):** pagamento de 40,00% (quarenta por cento) dos créditos relacionados na classe II – Garantia Real, segundo art. 41, da Lei nº 11.101/2005 em 7 (sete) parcelas anuais, crescentes e sucessivas, vencendo-se a primeira no 23.º (vigésimo terceiro) mês da data da publicação da decisão de homologação da Recuperação Judicial, e as demais nos anos subsequentes, considerando deságio em 60,00% (sessenta por cento) do valor dos créditos relacionados na classe ao cumprimento das parcelas aqui citadas.
- 3- **CLASSE III – Quirografário R\$ 36,4 milhões (trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais):** pagamento de 30,00% (trinta por cento) dos créditos relacionados na classe III – Quirografário, segundo art. 41, da Lei n.º 11.101/2005 em 14 (quatorze) parcelas anuais, crescentes e sucessivas, vencendo-se a primeira no 23.º (vigésimo terceiro) mês da data da publicação da decisão de homologação da Recuperação Judicial, e as demais nos anos subsequentes, considerando deságio em 70,00% (setenta por cento) do valor dos créditos relacionados na classe ao cumprimento das parcelas aqui citadas.
- 4- **CLASSE IV – ME/EPP: R\$ 499,1 mil (quatrocentos e noventa e nove mil e cem reais):** pagamento de 50,00% (cinquenta por cento) dos créditos relacionados na classe IV – ME/EPP, segundo art. 41, da Lei n.º 11.101/2005 em 4 (quatro) parcelas anuais, crescentes e sucessivas, vencendo-se a primeira no 23.º (vigésimo terceiro) mês da data da publicação da decisão de homologação da Recuperação Judicial, e as demais nos anos subsequentes, considerando deságio em 50,00% (cinquenta por cento) do valor dos créditos relacionados na classe ao cumprimento das parcelas aqui citadas.



5.2 Formas adicionais e opcionais de pagamentos aos credores

5.2.1 Resumo dos meios de Recuperação

Nos termos do artigo 50 da LRF, as **RECUPERANDAS** poderão se utilizar dos seguintes mecanismos econômicos de recuperação de empresas, dentre outros:

- I – Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- II – Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- III – Alteração do controle societário;
- IV – Substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;
- V – Concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;
- VI – Aumento de capital social;
- VII – Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- VIII – Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;
- IX – Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;
- X – Constituição de sociedade de credores;
- XI – Venda parcial dos bens;
- XII – Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;
- XIII – Usufruto da empresa;
- XIV – Administração compartilhada;
- XV – Emissão de valores mobiliários;
- XVI – Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.



5.3 Procedimentos para pagamento

Os valores considerados para o pagamento dos créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial serão os constantes do Quadro Geral Credores, conforme art. 18, da Lei n.º 11.101/2005 e de suas modificações subsequentes decorrentes de decisões judiciais.

Os pagamentos dos valores para os créditos não sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial obedecerão aos respectivos contratos vigentes ou poderão ser modificados em razão de acordo entre as partes, de adesão a este Plano de Recuperação Judicial ou de decisões judiciais.

Os valores decorrentes de créditos trabalhistas devidos em razão de condenações judiciais serão pagos diretamente ao credor na forma deste Plano de Recuperação Judicial, ficando este obrigado a informar o Juízo de origem, caso necessário, a ocorrência de liquidações parciais ou total de seu crédito habilitado, salvo disposição contrária explícita do Juízo de origem.

Os valores devidos aos credores de todas as classes, nos termos deste Plano de Recuperação Judicial serão pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED). Os credores deverão fornecer anualmente via carta registrada, enviada ao endereço da sede das **RECUPERANDAS**, seus dados bancários para fim de pagamento das parcelas em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos antes do pagamento da parcela, ou por meio de petição aos autos desta Recuperação Judicial, caso contrário, tal recurso ficará disponibilizado em tesouraria.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de os credores não terem informado suas contas bancárias não serão considerados como descumprimento deste Plano de Recuperação Judicial. Não haverá a incidência de juros ou encargos moratórios se os pagamentos não tiverem sido realizados em razão de os credores não terem informado, com no mínimo 30 (trinta) dias corridos de antecedência do vencimento, suas contas bancárias. Tais valores ficarão disponíveis em tesouraria das **RECUPERANDAS**, até que o mesmo regularize sua situação.



5.4 Disposições gerais da proposta aos credores

Fica permitida a disponibilização dos bens para penhor, arrendamento ou alienação em garantia, respeitadas, quanto à valoração dos bens, as premissas válidas para o mercado, para a obtenção de linhas de crédito e/ou financiamento para a operação das **RECUPERANDAS**.

Este Plano de Recuperação Judicial, uma vez homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial, obrigará as **RECUPERANDAS** e seus credores sujeitos à Recuperação Judicial e aqueles que a ela aderirem, assim como os seus respectivos sucessores a qualquer título, e acarretará a automática, irrevogável e irretratável liberação e quitação de todas as dívidas a ele inerentes e seus acessórios.

A ata em Assembleia Geral de Credores na aprovação e aditamentos ao referido plano, serão incorporados a este Plano de Recuperação Judicial, com poder de alteração deste. Em havendo inconsistência de informações entre este plano de recuperação judicial e ata e aditamentos, deverá ser considerado o que melhor favorecerem as **RECUPERANDAS**.

Após o pagamento integral dos créditos nos termos e formas estabelecidos neste Plano de Recuperação Judicial, os respectivos valores serão considerados integralmente quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer, se for o caso, carta de anuência, nos casos de títulos protestados. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os credores formalizarão sua concordância com a suspensão de publicidade destes protestos e demais anotações cadastrais respectivas enquanto o Plano de Recuperação Judicial estiver em vigor.

As **RECUPERANDAS** comprometem-se a realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados para cumprir os termos deste Plano de Recuperação Judicial.

As **RECUPERANDAS** reconhecem a existência de pendências tributárias e possui a ciência da importância em saná-las como parte de sua reestruturação. Nesse sentido, as **RECUPERANDAS**, após a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial,



buscaram parcelamentos especiais compatíveis com seu estado de empresa em recuperação, inclusive para o FGTS em atraso, valendo-se do entendimento e legislação atual previstos na Lei nº 11.101/2005, no Código Tributário Nacional e na Jurisprudência que trata do tema, provisionado e buscando pagar seus tributos com destaque de um percentual sobre seu faturamento.

Frente a tal desafio, as **RECUPERANDAS** comprometem-se a, no decorrer de seu processo de Recuperação Judicial:

I – Otimizar sua gestão tributária, visando evitar novas pendências;

II – Aderir aos parcelamentos existentes e porventura criados pelas entidades governamentais, sempre levando em consideração suas possibilidades de caixa, sua viabilidade e o estabelecimento de regras e condições apropriadas à sua condição de Recuperação Judicial;

III – Quando cabível, utilizar-se dos remédios legais presentes em nosso ordenamento jurídico para contestar cobranças que entender indevidas.

Após aprovado o Plano de Recuperação Judicial, e no prazo de seu cumprimento, seja no período de carência ou mesmo no período de pagamento dos credores, poderão as **RECUPERANDAS** convocarem nova Assembleia Geral de Credores para revisão do Plano de Recuperação Judicial ora aprovado conforme o enunciado 77 da II Jornada de Direito Comercial da Justiça Federal, para deliberar sobre alterações em seu Plano de Recuperação Judicial.



Encerramento do estado de Recuperação Judicial

Sem prejuízo às demais cláusulas deste Plano de Recuperação Judicial, os credores concordam desde já a considerar comercialmente o estado de Recuperação Judicial das **RECUPERANDAS** encerrado quando da homologação deste Plano de Recuperação Judicial, sendo tal procedimento a ser adotado pelo MM Juízo condutor desta Recuperação Judicial no fito de suspender qualquer publicidade relacionada a este processo frente a novação dos créditos arrolados a esta.



5.5 Créditos contingentes, impugnação ou habilitação de créditos e acordos

Os créditos listados na relação de credores da Administradora Judicial, poderão ser modificados, e novos créditos poderão ser incluídos no Quadro Geral de Credores, em razão do julgamento dos incidentes de habilitação, divergências, impugnação de créditos ou acordos. Para tanto, os valores informados neste Plano de Recuperação Judicial servem, inicialmente, como demonstração da forma de pagamento proposta pelas **RECUPERANDAS**, sendo certo que serão ajustados e revistos quando de sua homologação frente aos incidentes ocorridos em seu percurso, bem como nos momentos de liquidação previstos neste Plano de Recuperação Judicial.

Se novos créditos forem incluídos no Quadro Geral de Credores, conforme previsto acima, receberão os seus pagamentos nas mesmas condições e formas de pagamentos estabelecidos neste Plano de Recuperação Judicial, de acordo com a classificação que lhes foi atribuída, sem direito aos rateios de pagamentos eventualmente já realizados. Desta forma, seus valores serão adequados aos pagamentos futuros previstos na ocasião em que estiverem habilitados a receber seus créditos ou pagamentos que venham a surgir do momento de sua habilitação em diante.

Para os credores que vierem a se habilitar nesta Recuperação Judicial e que se enquadrem na Classe I (créditos trabalhistas) e, que sua habilitação ocorra em momento posterior à homologação deste Plano de Recuperação Judicial, receberão seus créditos no período de até 12 (doze) meses a contar da publicação da habilitação do crédito no Quadro Geral de Credores, inclusive nos casos de habilitação de crédito após o período explícito no Art. 54 da Lei nº 11.101/2005.



5.6 Créditos excluídos

Caso credores sejam excluídos por ordem judicial, e seja necessário pagá-los fora da esfera da Recuperação Judicial, todos os acordos serão imediatamente informados aos credores nos autos e à Administradora Judicial, e as alterações que estes acordos vierem a provocar, para mais ou para menos no valor das parcelas em virtude de sua exclusão, serão de modo uniforme distribuídos nas parcelas devidas às suas respectivas classes.



5.7 Descumprimento do Plano

Eventual mora no cumprimento de qualquer parcela poderá ser purgada no prazo de 90 (noventa) dias corridos a contar da data de vencimento da mesma.

Caso neste período, não seja solucionada a questão, poderá ser convocada Assembleia Geral de Credores apenas da classe afetada e com credores que continuem com saldo a receber na recuperação judicial na mesma classe citada, a pedido de qualquer credor que seja efetivamente prejudicado pelo descumprimento, a fim de deliberar acerca da medida mais adequada para o solucionar.



5.8 Síntese

Este Plano de Recuperação Judicial demonstra a melhor condição possível de recuperação aplicáveis as **RECUPERANDAS** e tem por fim, evitar que a referida empresa tenha suas condições de liquidez prejudicadas e, eventualmente seja convolada a uma massa falida que, como sabido, resultará no encerramento de diversos postos de empregos diretos.

Ressalta-se, ainda, que a não aprovação deste Plano de Recuperação Judicial ocasionará a cessão da geração de riquezas pela empresa e, desta forma, não restará aos credores alternativa para receber os recursos que lhes são devidos, exceto a de aguardar a liquidação de bens da empresa que, em tal situação, costumam ser muito desvalorizados e liquidados a preço vil.

Por fim, a continuidade das atividades das **RECUPERANDAS** proporcionará condições de reestruturação e, desta forma, gerar riquezas que poderão liquidar os passivos gerados na forma mais rápida possível. Neste cenário, é necessária a concessão de deságio por parte dos credores, bem como alongamento do pagamento do passivo, afim de se obter para as **RECUPERANDAS** a capacidade de liquidar os seus débitos e continuar a gerar empregos e negócios mercantis.

Observe que nenhum credor foi convidado a participar de um plano de capitalização da empresa e não foi forçado a continuar estabelecendo relações comerciais com as **RECUPERANDAS**.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado resguarda o pagamento do total dos créditos trabalhistas sujeitos a recuperação judicial, bem como proporcionará a liquidação do valor devido aos demais credores por disponibilização de fluxo de caixa e deságio nas parcelas por cumprimento.



6 Considerações finais

A Winance Consultoria Empresarial Eireli., contratada para assessorar a elaboração do Plano de Recuperação Judicial das **RECUPERANDAS**, acredita que as informações constantes neste Plano de Recuperação Judicial evidenciam que há viabilidade econômica, desde que sejam justificadas as recomendações aqui expostas e, baseado nas ações descritas e realizadas e nas estratégias sugeridas para a reestruturação, as **RECUPERANDAS** serão capazes de trabalhar de forma viável e lucrativa. Acredita-se que todos os credores terão maiores benefícios com a implementação deste Plano de Recuperação Judicial, uma vez que a proposta não agrega nenhum risco adicional aos credores e, após o cumprimento do art. 61 e art. 63 da Lei nº 11.101/2005, as **RECUPERANDAS** comprometem-se a honrar com os demais pagamentos no prazo e na forma de seu Plano de Recuperação Judicial, devidamente, homologado.

É o relatório.

Santana de Parnaíba, 01 de outubro de 2020.

Waléria Araújo (CORECON – 36.552)

Winance Consultoria Empresarial Eireli.

Anuentes:

IZZO MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA

CNPJ 06.973.265/0001-52

Representada por: **Alexandre Molari Candido Rodrigues CPF 219.985.028/56**

Gustavo Giostri Moraes Oliveira

CPF 304.647.288/94




Marco Antônio Izzo

CPF 301.315.548/59

João Izzo

CPF 660.275.948/53



GMD MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA CNPJ 23.366.564/0001-48

Representada por: **Alexandre Molari Candido Rodrigues** CPF 219.985.028/56

Gustavo Giostri Moraes Oliveira CPF 304.647.288/94

Marco Antônio Izzo CPF 301.315.548/59

GIOSTRI MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA CNPJ 24.951.456/0001-03

Representada por: **Alexandre Molari Candido Rodrigues** CPF 219.985.028/56

Gustavo Giostri Moraes Oliveira CPF 304.647.288/94

Marco Antônio Izzo CPF 301.315.548/59

GIACOMELLO MARMORES E GRANITOS LTDA CNPJ 31.934.478/0001-12

Representada por: **Alexandre Molari Candido Rodrigues** CPF 219.985.028/56

Gustavo Giostri Moraes Oliveira CPF 304.647.288/94

Marco Antônio Izzo CPF 301.315.548/59

Laudo de Avaliação de Bens do Ativo

Das empresas do

GRUPO DEDICATTO

Laudo de Avaliação de Bens
do Ativo

O Grupo Dedicatto é composto pelas empresas:

- GIACOMELLO MÁRMORES E GRANITOS LTDA - CNPJ Nº 31.934.478/0001-12
- GIOSTRI MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA. - CNPJ Nº 24.951.456/0001-03
- GMD MÓVEIS & DECORAÇÕES EIRELI - CNPJ Nº 23.366.564/0001-48
- IZZO MÓVEIS & DECORAÇÕES LTDA - CNPJ Nº 06.973.265/0001-52

Projeto:	09L08.001
Proposta original:	09L08.001
Data base do inventário:	11/09/2020
Data de Emissão:	21/09/2020

São Paulo, 21/09/2020

Ao

GRUPO DEDICATTO

Prezados Senhores

Temos o prazer de proceder a entrega do Relatório do resultado do Inventário dos itens do Ativo Imobilizado do **GRUPO DEDICATTO**.

Os valores aqui expressos foram apurados em absoluta observância as Normas de Avaliação da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, organismos que regulamentam e fixam as diretrizes para a avaliação de bens, de seus rendimentos e direitos.

Os valores obtidos em nosso trabalho estão atrelados às condições do mercado específico de cada ativo e/ou dos insumos utilizados em sua construção, sendo, portanto, válidos enquanto perdurarem as condições existentes a época da avaliação e/ou de referência dos valores, a qual está devidamente expressa no corpo do Laudo.

Informamos ainda, que sendo este um trabalho técnico, a perfeita compreensão e utilização de seus resultados supõe a leitura de toda a metodologia, ressalvas e observações nele contidas as quais foram adotadas levando-se em conta a finalidade da avaliação.

A metodologia geral empregada na avaliação do ativo fixo baseia-se, além dos institutos mencionados acima, nas normas brasileiras de contabilidade emitidas através do Centro de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Além destas normas, o laudo é respaldado em metodologia própria, praticada pela **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda**, baseada em procedimentos de avaliação amplamente aceitos.


Allenty Avaliação Patrimonial Ltda
Cláudio M. de Toledo

CERTIFICADO DE VALOR

A **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** empresa brasileira de prestação de serviços de valoração, inventário, organização e emissão de laudo de avaliação de bens, devidamente registrada de acordo com as leis do país, domiciliada à Avenida Industrial, 1680 - Santo André - SP.

C E R T I F I C A

que foram inventariados e avaliados, ao valor de mercado, de acordo com os critérios detalhados neste Laudo, os bens do ativo imobilizado da empresa

GRUPO DEDICATTO

todos fisicamente localizados nas dependências da empresa, no endereço

Alameda África ,224 – Tamboré - Santana de Parnaíba -SP

que de acordo com a avaliação realizada representa o valor de mercado de

R\$ 1.697.173,86

(um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, cento e setenta e três reais e oitenta e seis centavos).

OBJETIVO

A **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** foi contratada pela empresa **GRUPO DEDICATTO** para realizar o inventário dos itens descritos neste relatório, apresentando ao final a posição do valor de mercado.

Foram inventariados o total de **25 itens**, que ao valor atual, baseado em nossas consultas no mercado, e depreciados de acordo com o estado atual de conservação, representa o total de **R\$ 1.619.248,26**.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme solicitação do **GRUPO DEDICATTO**, a **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** elaborou este Laudo, certificando a realização de inventário completo da sua base do ativo imobilizado, a avaliação, ao valor de mercado, dos itens inventariados.

O **GRUPO DEDICATTO** atua no seguimento de móveis e decorações de alto padrão, atendendo clientes nas classes "A" e "B", com projetos exclusivos, realizados sob encomenda. Possui também clientes corporativos, desenvolvendo projetos para hotéis e escritórios.

A avaliação de mercado foi realizada com base na metodologia descrita à sequência neste laudo, utilizando-se de dados obtidos junto aos revendedores e ofertantes consultados, como também em análise de variações de custos, tendo por base a documentação de compra de alguns itens, notadamente aqueles que devido a característica de serem importados, não possuem uma oferta disponível no mercado que permita uma base segura de comparação.

Para itens cuja aquisição pelo **GRUPO DEDICATTO** ocorreu há menos de 24 meses, foi utilizado o valor de aquisição, menos a depreciação técnica decorrente de nossa avaliação física, realizada durante a inspeção dos equipamentos.

O valor de mercado apresentado neste Laudo, representa o montante necessário para repor o imobilizado nas condições atuais, devido a isso chamado de **VALOR DE REEDIÇÃO**, ou seja, qual seria o custo para repor ou reeditar os bens por itens nas mesmas condições de uso e depreciação, disponíveis no mercado com as mesmas funções e características de operação.

Esse valor é também, o que melhor representa o montante a ser obtido, em caso de venda, dos itens do imobilizado do **GRUPO DEDICATTO**, dentro de condições de mercado isentas de influência sobre as partes interessadas.

Para a obtenção do valor de Reedição, identificamos os valores ofertados no mercado para bens com as mesmas características dos informados na relação fornecida pela administração do **GRUPO DEDICATTO**, com as ressalvas observadas nesse relatório.

A **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** não investigou e nem assume responsabilidade por dívidas, hipotecas ou termos de posse dos bens avaliados.

Nosso trabalho incluiu a apuração do valor de mercado dos ativos tangíveis para fins de Recuperação Judicial na data-base de **21 de setembro de 2020**. Nosso trabalho foi realizado seguindo as diretrizes da norma técnica NBR 14.653 de Avaliações de Bens da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Para alcançar o objetivo deste trabalho, utilizamos as informações de mercado, bem como os dados disponibilizados pela administração do **GRUPO DEDICATTO** e por seus

funcionários. Nenhum dos Dados e Informações fornecidos foram auditados e/ ou tiveram sua veracidade investigados pela **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda.** Assim não assumimos qualquer responsabilidade, caso os resultados futuros, difiram das projeções apresentadas no presente Laudo.

A **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** não realizou revisão ou auditoria dos registros contábeis, de livros razão ou diário, nem buscou certificar-se da exatidão dos lançamentos contábeis referentes aos itens do imobilizado, e nem foi objetivo de nossos serviços, que resulta no presente Laudo.

A base para a determinação dos valores apresentados nesta Laudo foram a inspeção física dos itens, em propriedade do **GRUPO DEDICATTO**, bem como as Notas Fiscais de aquisição apresentadas.

A leitura do presente Laudo permitirá a interpretação dos resultados obtidos e indiretamente a avaliação dos controles internos existentes para o registro, movimentação e baixa dos itens do imobilizado.

Os resultados aqui apresentados não são conclusivos, e é de responsabilidade da administração do **GRUPO DEDICATTO** a interpretação e análise dos mesmo com a finalidade de determinar a realização ou não de ajustes contábeis, objetivando a adequação dos saldos contábeis.

Aspectos de mercado

Constatamos, em nossas pesquisas, uma redução significativa na demanda por aquisição desses equipamentos, devido principalmente aos seguintes fatores:

Sendo as máquinas e equipamentos objetos deste laudo, específicas para o atendimento do setor de atuação do **GRUPO DEDICATTO**, que foi afetado pela crise da pandemia da COVID/19, a operação de vários agentes desse mercado foi reduzida.

Além desse fator, e mais significativo, é o fato de que a maioria das máquinas objeto desse laudo são equipamentos importados, cujos custos de substituição de peças e manutenção são atrelados à variação do dólar, que no cenário atual. Consequentemente mercado de aquisição desses equipamentos usados, foi restringido. Devido a isso, e com base em consultas a representantes e revendedores, aplicamos um deságio de 20% no valor obtido em nossos cálculos.

LIMITAÇÕES E RESSALVAS

O presente Laudo tem por objetivo determinar o valor de mercado atual, também chamado de *Fair Value* ou valor justo, dos bens que compõe o ativo imobilizado, descritos no detalhamento à frente, do **GRUPO DEDICATTO**.

Como parte de nossos serviços, realizamos inventário e inspeção física dos itens aqui descritos, no endereço do **GRUPO DEDICATTO** sito à Al. Africa, 224 – Tamboré - Santana de Parnaíba -SP, no dia 11 de setembro de 2020.

Adicionalmente utilizamos a documentação composta por Notas Fiscais, disponibilizadas pelo **GRUPO DEDICATTO**.

As premissas, assunções, metodologias e resultados apresentados neste Laudo, foram exclusivamente definidos e obtidos pela equipe da **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** que de forma independente conduziu o inventário físico e a análise da documentação, bem como a avaliação de mercado.

Nenhum dos sócios ou profissionais da Allenty Avaliação Patrimonial Ltda envolvidos neste projeto têm qualquer interesse financeiro no **GRUPO DEDICATTO**. Os honorários estimados para a execução deste trabalho não foram baseados e não têm qualquer relação com os valores aqui reportados, assim como não são variáveis em função destes.

Nosso trabalho não contempla nenhum procedimento de investigação independente, auditoria, due diligence ou assessoria legal e/ou tributária, com relação aos valores e montantes resultantes da revisão objeto deste Laudo. Assim, eventuais ajustes e contabilizações para adequação de saldos são de responsabilidade da administração do **GRUPO DEDICATTO**.

A **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** não se responsabiliza por atualizar qualquer resultado apresentado neste Relatório em razão de eventos ou circunstâncias que possam vir a acontecer após a sua data-base.

Os valores obtidos pela **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** dos itens aqui descritos, representam uma estimativa de seus valores de mercado e, portanto, não devem ser considerados como indicativos ou representativos dos efetivos valores de transação com terceiros, onde o interesse de cada parte envolvida na negociação pode diferir de seus valores de mercado.

Este Laudo, suas premissas, assunções e estimativas de valor, assim como as conclusões apresentadas são de uso exclusivo do **GRUPO DEDICATTO**, e não pode ser distribuído para terceiros, exceto se requisitado por autoridades locais e fiscais,

auditores e seus advogados, ou com o consentimento da **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda.**

As considerações e conclusões apresentadas neste Laudo refletem práticas e conhecimentos comuns na área de Avaliação, Auditoria e Contabilidade, às quais acreditamos ter, e somos reconhecidos publicamente como tendo, conhecimento e experiência. Os serviços prestados são limitados a tais conhecimentos e experiências.

Não fizemos nenhuma investigação sobre a propriedade e direitos sobre os itens avaliados nesse trabalho, sendo que a **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda** não assume qualquer responsabilidade relacionadas à validade dos títulos ou descrição legal e nem assume responsabilidade por dívidas, hipotecas ou termos de posse dos bens avaliados.

De acordo com nossa proposta aprovada pela administração do **GRUPO DEDICATTO**, um representante de sua equipe, com conhecimento das áreas incluídas no escopo do inventário, acompanhou nossa equipe, fornecendo informações e detalhes dos itens inventariados. Essas informações foram consideradas fidedignas e utilizadas na consulta a fornecedores para a avaliação de mercado.

É possível que existam limitações na descrição e detalhamento de alguns itens, pois não foi possível coletar todos os dados técnicos necessários durante a vistoria técnica, assim como o representante do **GRUPO DEDICATTO** não possuía todas as informações referentes aos itens. Notadamente, ocorreu para 03 equipamentos que não possuíam Nota Fiscal de entrada, uma vez que foram frutos de capitalização de sócios através do contrato social.

ESCOPO DO TRABALHO

PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA

Os procedimentos adotados para a realização do inventário, cotação e valoração dos itens está detalhado a seguir.

Inventário

Nossos técnicos inspecionaram fisicamente os bens do ativo nas dependências da empresa **GRUPO DEDICATTO**, como detalhado acima neste relatório, coletando as informações disponíveis, referentes a descrição, modelo, capacidade e outros detalhes que caracterizam e identificam isoladamente os bens inventariados, bem como a coleta de fotos dos itens inventariados.

Essas informações foram coletadas por nossos técnicos, *in loco*, através de aplicativo Android¹ utilizado em aparelhos coletores, celulares ou tablets, sendo as informações lançadas em nossa base de dados em tempo real.

No momento da inspeção física dos itens, foi realizada também a avaliação do estado de conservação dos bens, necessária para a determinação de vida útil, de acordo com a metodologia Ross-Heidecke descrita em detalhes à sequência neste relatório.

Determinação da vida útil estimada

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode considerar sua alienação após um período determinado ou após o consumo de uma proporção específica de benefício econômico futuros incorporados. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser menor do que a sua vida econômica.

A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes. Assim considerado, a equipe de controladoria do **GRUPO DEDICATTO** tem a prerrogativa de determinar a expectativa de tempo ainda útil dos bens avaliados para efeitos de sua contabilização, considerando os ajustes necessário para atendimento das regras da Receita Federal na apuração de resultados.

Para nossa revisão da vida útil adotamos o critério de Hoss Reidecke, metodologia amplamente utilizada na área de Engenharia de Avaliações, tanto em imóveis, como em bens móveis², como máquinas, equipamentos e ativos em geral.

Desta forma, para atingir o objetivo de determinação dos valores de mercado dos bens adotamos a seguinte sequência metodológica:

¹ Android é uma marca registrada da Google LLC.

² Para mais informações, veja Gatto, Osório A. e Da Silva, Marcos A. **Novos Conceitos de Depreciação para Máquinas e Equipamentos**. São Paulo, SP: IBAPE, 2013.

- ✓ Individualização e caracterização dos equipamentos a serem avaliados;
- ✓ Levantamento/determinação do valor de novo;
- ✓ Cálculo do valor depreciado pelo método do estado de conservação proposto por Ross & Heidecke.

Assim o início de nosso processo de revisão da vida útil ocorre no momento da inspeção física do bem, por ocasião do inventário, onde as características de conservação dos itens são classificadas de acordo com a tabela da metodologia proposta, com as adaptações propostas por Dantas³ onde os itens são classificados de acordo com os seguintes níveis de conservação:

NOTA	CONDIÇÃO	DETALHES
A	NOVO	Não foi colocado em uso ainda.
B	ENTRE NOVO E REGULAR	Apesar de já submetido ao uso, apresenta condições de novo
C	REGULAR	Apresenta sinais de uso, marcas, riscos, que eventualmente requerem pequenos reparos, mas sem comprometer a funcionalidade.
D	ENTRE REGULAR E REPAROS SIMPLES	Necessita de manutenção ou reparos simples, mas ainda apresenta funcionalidade operacional, sem comprometer seu uso.
E	REPAROS SIMPLES	Requer reparos ou intervenções em pontos localizados, ou partes e componentes, necessários para restauração de seu uso completo. Ainda pode ser utilizado, sob certas condições.
F	ENTRE REPAROS SIMPLES E IMPORTANTES	Requer intervenções generalizadas ou com profundidade em peças e componentes que no momento estão inviabilizando seu uso. Implica manutenção para poder ser utilizado novamente
G	REPAROS IMPORTANTES	Requer reparos importantes e generalizado, com profundidade em partes, peças e componentes, e apresenta aspecto degradado e insalubre.
H	ENTRE REPAROS IMPORTANTES E SEM VALOR	Necessita de restauração total do item, peças e componentes, apresentando degradação generalizada, com alto comprometimento da funcionalidade e operação. Sem condição de operação ou uso

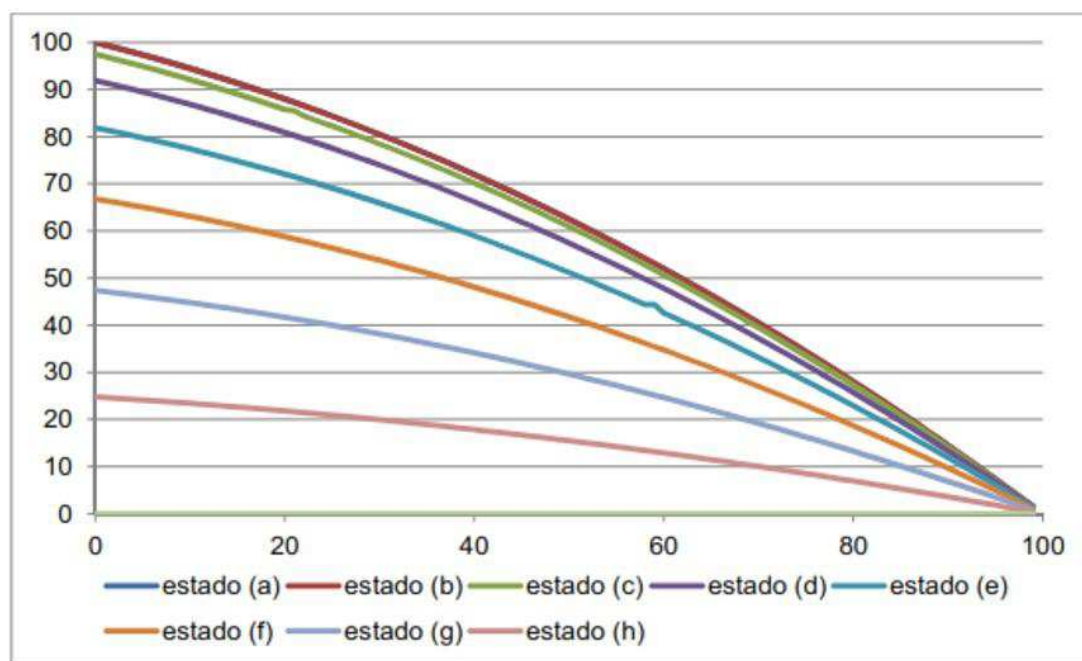
A determinação da nova vida útil, de acordo com essa metodologia, é uma matriz da combinação do estado de conservação detalhado acima, com a vida útil atual de acordo com a data de aquisição do bem.

³ Dantas, R. A., “Engenharia de Avaliações – Uma introdução à metodologia científica”. Ed. Pini. São Paulo/SP. 1998.

Para a determinação da vida útil atual, consideramos a data de aquisição existente no registro da base contábil, de acordo com as taxas de depreciação conforme utilizadas na contabilidade. Esse procedimento implica a conciliação dos itens inspecionados fisicamente, com os registrados na base contábil, e tem como consequência, que não é possível determinar vida útil atual para os itens da "sobra física". Esses procedimentos foram discutidos e acordados com a administração do **GRUPO DEDICATTO**.

Em geral, a metodologia de Ross Heidecke apresenta uma depreciação em formato de curva, ao invés de uma depreciação linear como é utilizada pela contabilidade, proporcionando um ganho ou perda de vida útil que 'função direta do estado de conservação do bem, o que se aproxima da realidade do uso e conservação do bem, que são os fatores que refletem seu valor de mercado em eventuais vendas.

A curva de Ross Heidecke tem a seguinte apresentação:



Curvas de depreciação de Ross-Heidecke

Como este conceito não é linear, determina que o bem não possui depreciação acentuada no seu início de vida útil, ou seja, sinaliza que o item, no decorrer dos primeiros anos de vida útil, não sofre ação de manutenção acentuada, preservado seu valor inicial. Com o decorrer da sua utilização, entre 40% a 50% de sua vida consumida, acentua-se a recorrência de intervenções de manutenção, sendo que o custo de manutenção se torna significativo. Aproximando-se o final da vida útil remanescente do bem, o coeficiente acentua-se vertiginosamente, convergindo com a depreciação linear.

O detalhamento da nova vida útil, ou Vida Útil pelo critério de Ross Heidecke são detalhados nos anexos deste Laudo, individualizados por item.

Valoração - Valoriação a valor de mercado

Segundo o Pronunciamento do CPC - Mensuração do Valor Justo, a definição de **Valor Justo** é: "o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração". - Ou seja, o **valor justo** se trata de uma avaliação baseada no mercado e não em critérios definidos pela entidade.

Para a definição do valor justo, utilizamos a metodologia de abordagem de mercado (CPC 46) cujo valor obtido foi depreciado pela vida útil determinada pelo critério de Ross Heidecke descrito acima.

Assim, são apresentados neste relatório os seguintes valores apurados:

Valor de Substituição: É o valor obtido através de pesquisas de mercado, ou cotações, realizadas para os bens avaliando, que representa o valor necessário para substituir o item por um novo. Os critérios adotados para a pesquisa e cotação, foi o de obter o valor mediano, ofertado no mercado, para um item nas mesmas características do item avaliando. Eventualmente, o item avaliando, devido a varios fatores, como tempo de aquisição, especificidades do mercado, mudança tecnológica e outros, pode não mais ser disponibilizado.

Especificamente nos caso das máquinas da marca SCM, que foram equipamentos fruto de importação, adquiridos através de representantes dessa marca no mercado nacional, houve mudança significativa no processo de aquisição. A empresa SCM Tecmatic Máquinas e Equipamentos Ltda passou a produzir máquinas e equipamentos no Brasil, através de uma unidade produtiva localizada no município de São Bento do Sul/SC. Nesses caso, utilizamos como referencia, as máquinas produzidas em solo nacional, que possuem as mesmas características das existentes no parque fabril do **GRUPO DEDICATTO**, pois já não há a importação de máquinas de mesmo modelo.

Para a valoração do sistema de ar condicionado, item 25, devido a característica de projeto, pois foi realizado especificamente para as dependencias do **GRUPO DEDICATTO**, foi utilizado o valor de NF.

Depreciação Técnica RH: Trata-se da depreciação calculada com base no critério de Ross Heidecke, descrito acima, tendo como base o estado de conservação do item, e não sua depreciação contábil.

Valor de Reedição: É o valor de Substituição, descontando-se a depreciação técnica, obtendo assim, o valor residual de mercado, ou o valor mais próximo, que considerando o estado de conservação, o item seria comercializado entre duas partes interessadas e em um mercado normal, ou seja, o valor justo de mercado.

Depreciação técnica

A depreciação técnica, ou depreciação de acordo com o método Ross Heidecke é determinada pela nova vida útil obtida, calculada sobre o valor de mercado do bem, resultado de nossas cotações de valores dos bens novos, também chamado de Valor de Substituição, como se o bem fosse ser substituído por um novo.

A esse valor de substituição, calculamos o índice de vida útil utilizado para determinar a depreciação, de acordo com o fator de depreciação da tabela Ross Heidecke.

A fórmula principal para esse cálculo do é:

$$D = (100 - k) \div 100$$

onde:

d = fator de depreciação procurado;

k = fator relativo ao estado de conservação do bem, constante da tabela de "Ross - Heidecke".

A depreciação dos bens do imobilizado do **GRUPO DEDICATTO** objeto deste relatório, foi determinada pelo valor remanescente apurado com base no valor de Substituição, considerando a depreciação técnica, obtida de acordo com a fórmula acima.

"Impairment" ou Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de acordo com a vida útil.

O presente Laudo também pode embasar os ajustes de "*impairment*", que o **GRUPO DEDICATTO** necessite realizar de acordo com os procedimentos contábeis, para os itens com expectativa de baixa ou venda.

O **GRUPO DEDICATTO** avaliará, por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se houve alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos que porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Se houve indicação, a entidade efetuou avaliação e reconheceu contabilmente a eventual desvalorização dos ativos, de acordo com as determinações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

RESULTADOS

Com base no inventário físico dos bens, na metodologia adotada, nos dados e custos obtidos junto aos respectivos fabricantes e fornecedores, e nos cálculos avaliatórios, constantes no corpo deste relatório, a **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda.** certifica que inventariou os itens do imobilizado de acordo com as determinações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 14.653) e padrões adotados pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Os itens acima, representam ao valor atual, ou seja, o valor necessário para repor o imobilizado nos valores atuais baseado em nossas consultas no mercado,

VALOR DE SUBSTITUIÇÃO DE R\$ 2.404.821,56

Sobre o valor acima, foi calculada a depreciação técnica de acordo com a metodologia Ross-Heidecke como demonstrado neste relatório, resultando no

VALOR DE REEDIÇÃO DE R\$ 1.697.173,86

O detalhamento dos valores e itens inventariados segue anexo à sequência deste relatório.

Os itens inventariados, que compõem o presente Laudo, foram:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	VL SUBSTITUIÇÃO	DEP. RH	VI. Reedição Fair Value
01	COLADEIRA DE BORDO AUTOMÁTICA COM / PRÉ-FRESAGEM E ARREDONDAMENTO DE CANTO SCM OLIMPIC K600 AH/117273 380V / 60HZ	130.400,00	70.676,80	59.723,20
02	COLADEIRA DE BORDO AUTOMÁTICA COM / PRÉ-FRESAGEM E ARREDONDAMENTO DE CANTO SCM OLIMPIC K800 AH/118933 380V / 60HZ	130.400,00	44.075,20	86.324,80
03	COLADEIRA DE BORDO ELETRONICA MONOLATERAL SCM SOLUTION MD 65 AH005920 380V / 60HZ	150.400,00	32.787,20	117.612,80
04	CENTRO DE USINAGEM MULTI EIXO SCM ACCORD 40FX AA2/001785 380V	182.800,00	39.850,40	142.949,60
05	CENTRO DE USINAGEM MULTI EIXO SCM PRATIKA 315B BR1400315 380V / 60HZ	100.000,00	48.200,00	51.800,00
06	MÁQUINA DE PERFURAÇÃO CNC SCM MIRBIDELI CX 100 AB00003179 380V / 60HZ	88.400,00	19.271,20	69.128,80
07	MÁQUINA SECCIONADORA AUTOMÁTICA DE FITAS MAF - 8 PN SCM STAR HS-GII 3.4 HS BR1600208 220V	68.000,00	17.680,00	50.320,00
08	MÁQUINA SECCIONADORA AUTOMÁTICA DE FITAS MAF - 8 PN SCM STAR GII 3.4 BR1600102 220V	60.000,00	21.300,00	38.700,00
09	MÁQUINA CELULA DE USINAGEM MULTI EIXO SCM MORBIDELI N200 AA10000026 380V / 60HZ	275.200,00	59.993,60	215.206,40

Laudo de Avaliação de Bens do Ativo

GRUPO DEDICATTO

10	EMPILHADEIRA A COMBUSTAO GLP YALE GLP070VXYDSE120 B975Y02513S 5290 KG	137.000,00	24.386,00	112.614,00
11	SECCIONADORA VERTICAL PARA CORTE MANUAL DE MADEIRA PUTSCH MENICONI	45.200,00	22.690,40	22.509,60
12	EMPILHADEIRA A COMBUSTAO GLP YALE GLP070VXYDSE120 B975Y02512S 5290 KG	137.000,00	24.386,00	112.614,00
13	PRESSURIZADOR PARA CABINE DE PINTURA E RETENCAO DE IMPUREZAS SMARTECH ECOLINE	40.960,00	8.355,84	32.604,16
14	PRESSURIZADOR PARA CABINE DE PINTURA E RETENCAO DE IMPUREZAS SMARTECH ECOLINE MP 19S	40.960,00	8.355,84	32.604,16
15	SISTEMA DE FILTRAGEM E EXAUSTAO SECO SMARTECH CL-040	40.960,00	8.355,84	32.604,16
16	SISTEMA DE FILTRAGEM ÁGUA E AR SMARTECH NC	40.960,00	8.355,84	32.604,16
17	SERRA PONTE AUTOMATICA CNC C/ 5 EIXOS EVOLUTION SPR 450 3548201800046 220V	168.800,00	32.240,80	136.559,20
18	MÁQUINA CORTADEIRA MINI MANUAL COM MESA ACO ART AR 250 II 2891201800025 220v	16.954,48	4.933,75	12.020,73
19	MÁQUINA POLITRIZ DE BORDA SEMI AUTOMATICA ACO ART RPB 12 4084201800047 220V	140.442,00	40.868,62	99.573,38
20	MÁQUINA FURADEIRA DE BANCADA ARTICULADA ACO ART RF 100A 3036201800016 100A	10.237,44	2.979,10	7.258,34
21	MÁQUINA POLITRIZ DE BORDA INTERNA SEMI AUTOMATICA ACO ART INEX RP 03 4083201800129 3.16C 2.10A 1.72L	44.653,20	12.994,08	31.659,12
22	MÁQUINA SERRA MARMORE DE PONTE CUTTER MACHINI I2	124.000,00	62.248,00	61.752,00
23	MÁQUINA CORTADEIRA LONGITUDINAL COM SERRA FIXA 45° ACO ART RR 250 45° 1306269 5500 KG	44.653,20	12.994,08	31.659,12
24	MÁQUINA SERRA MARMORE DE PONTE COCH C34 MAX	124.000,00	62.248,00	61.752,00
25	SISTEMA DE AR-CONDICIONADO PISO TETO FUJITSU MODELO ABB18LAT INVERTER	62.441,24	17.421,11	45.020,13
		2.404.821,56	707.647,70	1.697.173,86

ENCERRAMENTO

Segue o presente **LAUDO DE AVALIAÇÃO**, impresso em lauda timbrada, assinada pelos responsáveis dos trabalhos de avaliação, ficando a **Allenty Avaliação Patrimonial Ltda.**, à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

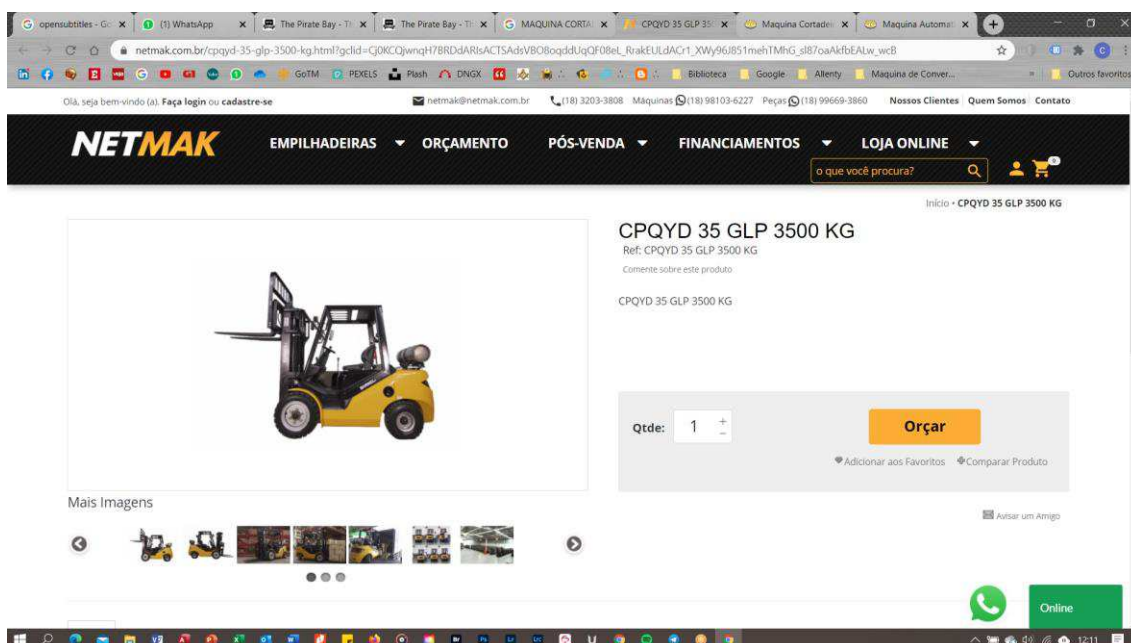
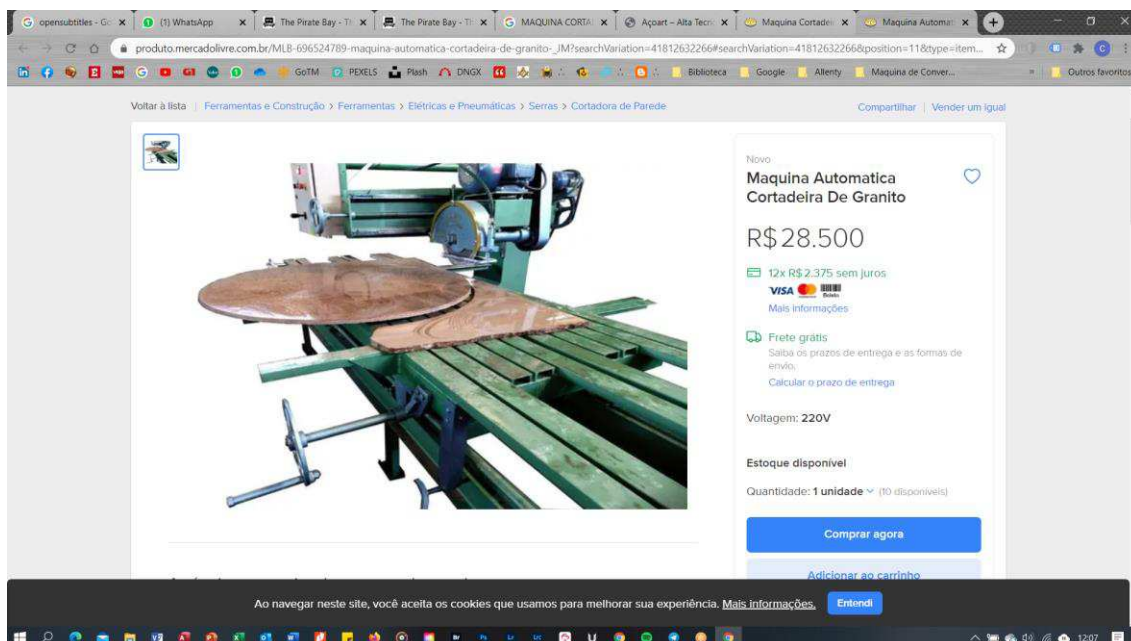
São Paulo, 21/09/2020



Cláudio M. de Toledo

Contador

CRC 1SP246.857/P2



DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA DOS ITENS INVENTARIADOS

1	COLADEIRA DE BORDO AUTOMÁTICA COM / PRÉ-FRESAGEM E ARREDONDAMENTO DE CANTO SCM OLIMPIC K600 AH/117273 380V / 60HZ
	
	
	
	

2	COLADEIRA DE BORDO AUTOMÁTICA COM / PRÉ-FRESAGEM E ARREDONDAMENTO DE CANTO SCM OLIMPIC K800 AH/118933 380V / 60HZ
	
	
	
	

3	COLADEIRA DE BORDO ELETRONICA MONOLATERAL SCM SOLUTION MD 65 AH005920 380V / 60HZ
	
	
	

4	CENTRO DE USINAGEM MULTI EIXO SCM ACCORD 40FX AA2/001785 380V
	
	
	
	
	

5	CENTRO DE USINAGEM MULTI EIXO SCM PRATIKA 315B BR1400315 380V / 60HZ
	
	
	

6	MÁQUINA DE PERFURAÇÃO CNC SCM MIRBIDELI CX 100 AB00003179 380V / 60HZ
	
	
	

7	MÁQUINA SECCIONADORA AUTOMÁTICA DE FITAS MAF - 8 PN SCM STAR HS-GII 3.4 HS BR1600208 220V
	
	
	

8	MAQUINA SECCIONADORA AUTOMATICA DE FITAS MAF - 8 PN SCM STAR GII 3.4 BR1600102 220V
	
	
	

9	MAQUINA CELULA DE USINAGEM MULTI EIXO SCM MORBIDELLI N200 AA10000026 380V / 60HZ
	
	
	
	
	

10	EMPILHADEIRA A COMBUSTAO GLP YALE GLP070VXYDSE120 B975Y02513S 5290 KG
	
	
	

11	SECCIONADORA VERTICAL PARA CORTE MANUAL DE MADEIRA PUTSCH MENICONI
	

12	EMPILHADEIRA A COMBUSTAO GLP YALE GLP070VXYDSE120 B975Y02512S 5290 KG
	
	

13	PRESSURIZADOR MANTER A PRESSAO NA CABINE DE PINTURA E RETENCAO DE IMPUREZAS SMARTECH ECOLINE
	
	
14	PRESSURIZADOR DE PRESSAO PARA CABINE DE PINTURA E RETENCAO DE IMPUREZAS SMARTECH ECOLINE MP 19S
	
	

15	SISTEMA DE FILTRAGEM E EXAUSTAO SECO SMARTECH CL-040
	
	
	
	

16	SISTEMA DE FILTRAGEM ÁGUA E AR SMARTECH NC
	
	
	

17	SERRA SERRA PONTE AUTOMATICA CNC C/ 5 EIXOS EVOLUTION SPR 450 3548201800046 220V
	
	
	








18	MÁQUINA CORTADEIRA MINI MANUAL COM MESA ACO ART AR 250 II 2891201800025 220v
	
	
	

19	MÁQUINA POLTRIZ DE BORDA SEMI AUTOMATICA ACO ART RPB 12 4084201800047 220V
	
	
	

20	MAQUINA FURADEIRA DE BANCADA ARTICULADA ACO ART RF 100A 3036201800016 100A
	
	

21	MÁQUINA POLTRIZ DE BORDA INTERNA SEMI AUTOMATICA ACO ART INEX RP 03 4083201800129 3.16C 2.10A 1.72L
	
	
	

22	MAQUINA SERRA MARMORE DE PONTE CUTTER MACHINI I2
	
	
	
	

23	MÁQUINA CORTADEIRA LONGITUDINAL COM SERRA FIXA 45° ACO ART RR 250 45° 1306269 5500 KG
	
	
	
	

24	MÁQUINA SERRA MARMORE DE PONTE COCH C34 MAX
	
	
	
	

25	SISTEMA DE AR-CONDICIONADO PISO TETO FUJITSU MODELO ABBF18LAT INVERTER
	
	
	

FONTES CONSULTADAS**ONTEK – A LOJA DO MARCENEIRO**

Rua Vitória Tafaello, 684 - Km 18, Osasco - SP

Bruno Lima - Marketing / Vendas

Tel: (11) 98880-5587

Avaliação das máquinas seccionadoras STAR HS-GII 3.4 HS e STAR GII 3.4

SCM Máquinas e Equipamentos Automáticos

R. Medina, 160 - Jardim Maria Dirce, Guarulhos - SP

Adailton Rodrigues dos Santos – Representante Comercial

Tel: (11) 99441 3838

Avaliação das máquinas SCM fabricadas na unidade de São Bento do Sul.

NETMAK COMERCIAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira Pres., 2.111 - Pres. Prudente - SP

Tel: (18) 3203-3808

Avaliação das Empilhadeiras ao valor unitário de R\$ 137.000,00

INCOMIL-Indústria e Comércio de Minérios e Máquinas

Rodovia Fued Nemer, Km 2 - Santa Bárbara, Castelo – ES

Tel: (28) 99946-8093

Avaliação das máquinas Serra Mármore